



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 132

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 132

119ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 04

Requerimentos 06

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Valdir Rossoni 12

Dep. Luiz Claudio Romanelli 14

Dep. Jocelito Canto..... 17

Dep. Plauto Miró 18

Grande Expediente:

Dep. Cida Borghetti 19

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 13

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 15

Liderança do PDT

Dep. Luiz Claudio Martins 20

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 21

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 22

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse..... 24

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 27

Discussão/Votação

Redação Final 28

2ª Discussão 28

1ª Discussão 29

Requerimentos 37

Encerramento da Sessão 37

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual 38

Minuta de Contrato..... 38

DIÁRIO Nº 132

119ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Mamede, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Miltinho Pupio, Nereu Moura e Reni Pereira (05).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Fábio Camargo, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo e Teruo Kato (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 311, 312, 313, 316, 317, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 330, 331, 332 e 333/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

374/07: De autoria do Deputado Professor Luizão que, dispõe sobre a inclusão do endereço - www.pr.gov.br/proconpr - 0800-41-1512 - R. Alameda Cabral, 184 - Centro, Curitiba/PR - CEP 80410-210 - Fax. (41) 3219-7400, nos documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos comerciais no estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15614. **Anote-se - Arquivo-se.**

439/07: De autoria do Deputado Nelson Justus que, dá nova redação ao parágrafo 3º, do artigo 1º, da Lei nº 13126, de 10 de abril de 2001, o qual convertido em Lei tomou o nº 15615. **Anote-se - Arquivo-se.**

097/07: De autoria da Deputada Rosane Ferreira que, dispõe que os loteamentos licenciados pelo Poder Público devem ser projetados conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15616. **Anote-se - Arquivo-se.**

256/07: De autoria do Deputado Douglas Fabrício que, dispõe que os prestadores de serviços continuados ficam obrigados a assegurar aos consumidores a faculdade de solicitar o cancelamento do serviço pelos mesmos meios com os quais foi solicitada a aquisição, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15627. **Anote-se - Arquivo-se.**

150/07: Do Tribunal de Contas que, cria na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas, 01 (um) cargo de Assessor Jurídico - Simbologia DAS-3,

o qual convertido em Lei tomou o nº 15628. **Anote-se - Arquivo-se.**

679/07: Do Poder Executivo que, autoriza o Estado do Paraná, a COPEL S/A, a COPEL Participações S/A, e a COPEL Empreendimentos Ltda., a assumirem a exploração da infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços públicos de gestão, recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15629. **Anote-se - Arquivo-se.**

206/07: De autoria do Deputado Osmar Bertoldi que, autoriza a utilização de construções sustentáveis em edificações públicas, através de utilização da água da chuva, da energia solar, da materiais recicláveis e da manutenção da máxima permeabilidade possível do solo, o qual convertido em Lei tomou o nº 15630. **Anote-se - Arquivo-se.**

459/07: De autoria do Deputado Antonio Anibelli que, institui o Dia da Superação do Analfabetismo no Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15631. **Anote-se - Arquivo-se.**

236/07: De autoria do Deputado Osmar Bertoldi que, dispõe sobre instalação de coletores de lixo reciclável nas universidades, faculdades, centros universitários, escolas, colégios, estádios de futebol, supermercados, shoppings centers e eventos onde haja concentração pública, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15632. **Anote-se - Arquivo-se.**

538/07: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Formosa do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 15633. **Anote-se - Arquivo-se.**

397/07: De autoria do Deputado Augustinho Zucchi que, dá nova redação ao parágrafo 1º, da Lei nº 14895, de 09 de novembro de 2005, o qual convertido em Lei tomou o nº 15634. **Anote-se - Arquivo-se.**

333/07: De autoria do Deputado Péricles de Mello que, proíbe no estado do Paraná, a instalação de postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis, em shoppings centers, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres, que se utilizem do mesmo CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, ou da mesma Inscrição Estadual, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15636. **Anote-se - Arquivo-se.**

511/07: Do Poder Executivo que, estabelece as normas do Processo Administrativo Fiscal de Instrução Probatória relativo ao rito de cobrança administrativa das Taxas de Exercício do Poder de Polícia e de Serviços Prestados pelo Corpo de Bombeiros, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15637. **Anote-se - Arquivo-se.**

512/07: Do Poder Executivo que, dispõe que o capital social autorizado da Agência de Fomento do

Paraná S/A será no valor de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) e que será dividido e limitado conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15638. **Anote-se - Arquite-se.**

552/07: Do Tribunal de Justiça que, dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados no percentual de 3,14%, a partir de 1º de janeiro de 2007, o qual convertido em Lei tomou o nº 15639. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 337/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 353/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 309/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 340/07, por considerá-lo desnecessário e, portanto, contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 310/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 248/07, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 314/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 154/07, por falta de interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 315/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 415/07, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 329/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 143/07, por entender que falta-lhe o interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC 287, 289, 290, 292, 294, 296, 298, 300, 302 e 304/07 da Sra. Jussara Borba Gusso - Chefe da Casa Civil do Estado, em exercício, comunicando que as Indicações Legislativas nºs 447, 241, 507, 457, 499, 495, 501, 464, 462 e 461/07 respectivamente, foram encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidas as análises do assunto versado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000584/07 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, junto ao Programa PNAE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000585/07 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, junto ao Programa PNAC-PNAE CRECHE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000586/07 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, junto ao Programa PNAI-PNAE INDIGENA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000587/07 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, junto ao Programa PNATE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000661/07 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, junto ao Programa PROEP. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 325/07

SÚMULA:

Solicita providências do Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Estado da Educação em relação à situação precária das Escolas Estaduais no município de Araucária.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

Exmo Sr. Secretário de Estado da Educação:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se as V. Exas. para expor e reivindicar o que se segue:

I - Sejam tomadas as devidas providências para sanar problemas estruturais das Escolas Estaduais localizadas no município de Araucária elencadas abaixo:

Colégio Estadual Profª Agalvira B. Pinto; Colégio Estadual Elzeario Pitz; Escola Estadual Dias da Rocha; Colégio Estadual Profº Julio Szytmanski; Colégio Estadual Licoln S. Coimbra; Colégio Estadual Dep. Vespertino F. Pimpão; Colégio Estadual Fazenda Velha; Colégio Estadual Profª Helena Wysocki; Escola Estadual Profª Ana Maria V. Kava; Colégio Estadual Guajuvira; CEEBJA Araucária - Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos de Araucária; Escola Estadual Joana Gurski; Escola Estadual Zdzislau Zawadzki; Colégio Estadual Profª Cleide Leni L. Kurzawa; Colégio Estadual Profº João Nerli da Cruz; Colégio Estadual Araucária.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que foi encaminhada indicação ao Poder Executivo apresentada por esta Deputada em 20 de

março de 2007 sob o nº 014/07, aprovada pelo Plenário desta Casa de Leis, tornando-se Indicação Legislativa nº 266/07 e, até o presente momento, foram tomadas imperceptíveis medidas pelo Governo do Estado do Paraná, voltamos solicitar especial atenção da Secretaria de Estado da Educação, pois as escolas estaduais do município de Araucária encontram-se em situações precárias, concorrendo para baixa produtividade dos professores e aproveitamento insatisfatório dos alunos.

Destacamos abaixo, a situação observada em cada escola:

01 - COLÉGIO ESTADUAL PROFª AGALVIRA B. PINTO - Ensino fundamental e médio. Possui aproximadamente 900 alunos matriculados nos 3 turnos, não possui quadra coberta. Possui espaço para Laboratório de Ciências, mas não recebe materiais e equipamentos de pesquisa para professores e alunos. A biblioteca encontra-se com o acervo bibliográfico insuficiente para os alunos e professores e, há muito tempo, os Diretores solicitam às autoridades reformas na estrutura física, principalmente no telhado.

02 - COLÉGIO ESTADUAL ELZEARIO PITZ - Ensino médio noturno. Possui 240 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Azuréia, no Bairro Tupi, Ensino Fundamental diurno. Indicou as atividades em março de 2006 com 4 turmas, sendo que neste ano já foram matriculadas 7 turmas e só não houve número maior de matriculadas de alunos por falta de salas de aula. Os Diretores reclamam da falta de acervo bibliográfico para a Biblioteca, Laboratório de Ciências e de Informática, mesas para alunos, quadra de esportes coberta, construção de um novo bloco para atender a demanda crescente de alunos e principalmente mais segurança.

03 - ESCOLA ESTADUAL DIAS DA ROCHA - Ensino fundamental diurno e noturno. Possui aproximadamente 900 alunos matriculados e necessita de reformas gerais na estrutura física, elétrica, hidráulica e principalmente no telhado. Não possui quadra de esportes (por uma questão de espaço físico). Laboratório de Ciências e acervo bibliográfico.

04 - COLÉGIO ESTADUAL PROFº JULIO SZYMANSKI - Ensino médio e técnico. Possui aproximadamente 2.454 alunos matriculados nos 3 turnos em que funciona. Está concluindo o projeto da quadra coberta, mas necessitam principalmente de equipamentos e materiais de pesquisa para o Laboratório de Ciências, livros para a biblioteca, reformas nas instalações elétricas e hidráulicas e equipamentos de informática.

05 - COLÉGIO ESTADUAL LINCOLN S. COIMBRA - Ensino fundamental e médio, diurno e noturno. Possui aproximadamente 900 alunos matriculados nos três turnos. Não possui espaço nem equipamentos para o Laboratório de Ciências. Embora bem conservado pela eficiência da Direção e da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), o Colégio precisa de reparos nas estruturas elétricas e hidráulica. Necessita de ampliação

para o ano letivo de 2008, pois o colégio receberá 158 alunos do CAIC, e aproximadamente 50 ficarão sem vagas.

06 - COLÉGIO ESTADUAL DEP. VESPERTINO F. PIMPÃO - Ensino fundamental e médio. Possui 183 alunos matriculados e funciona nos turnos tarde e noite, sendo que no período matinal é Escola Municipal. Não possui quadra de esportes coberta, Laboratório de Ciências e Informática, necessita de reparos no telhado, instalações elétricas e hidráulicas.

07 - COLÉGIO ESTADUAL FAZENDA VELHA - Ensino fundamental e médio. Possui aproximadamente 1.200 alunos matriculados e funciona nos 3 turnos. Necessita urgentemente de ampliação em função da localização e da demanda local existente. Suas estruturas físicas são ruins, não possui quadra de esportes, é deficiente quanto ao acervo bibliográfico, materiais e equipamentos de pesquisas para o Laboratório de Ciências. Seus Diretores há tempos solicitam reformas e ampliação bem como local adequado para as aulas de Educação Física.

08 - COLÉGIO ESTADUAL PROFª HELENA WY SOCKI - Ensino fundamental e médio. Possui aproximadamente 1.100 alunos matriculados e funciona nos turnos manhã e noite. Dualidade administrativa com a Escola Municipal Archelau de Almeida Torres. Necessita de equipamentos e materiais para o Laboratório de Ciências, acervo bibliográfico e equipamentos de informática, além de não possuir quadra de esportes coberta.

09 - ESCOLA ESTADUAL PROFª ANA MARIA V. KAVA - Ensino Fundamental e médio. Possui 190 alunos matriculados, está localizada no distrito de Tietê e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Professora Andréia Schirreia. Apesar do bom trabalho realizado pela Direção e Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), a escola permanece sem quadra coberta, necessita de livros para biblioteca, além de materiais e equipamentos para o Laboratório de Ciências.

10 - COLÉGIO ESTADUAL GUAJUVIRA - Ensino médio noturno. Possui 186 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Rosa Picheth, que oferece ensino fundamental diurno. Necessita de urgentemente de um muro na parte dos fundos, o que ajudará a prevenir a invasão de vândalos que causam problemas para a administração. O colégio é bem administrado, não tem problemas na estrutura física, mas ainda não possui quadra de esportes coberta.

11 - CEEBJA ARAUCÁRIA - CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS DE ARAUCÁRIA - Possui aproximadamente 3.000 alunos matriculados com uma demanda crescente ano a ano. Não possui prédio próprio, o espaço é locado junto à Mitra de Cúria Metropolitana. Sofre necessidade de equipamentos e espaço de toda a ordem. A direção atual é eficiente e tem a pretensão de transferir o CEEBJA para o prédio do Fórum, assim que o mesmo

mude para as novas instalações que estão sendo construídas no Bairro Vila Nova.

12 - ESCOLA ESTADUAL JOANA GURSKI - Ensino fundamental diurno. Possui 150 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Edvino Novak, que oferece ensino de Pré-Escola a 4ª série. Iniciou suas atividades este ano e não possui quadra de esportes nem equipamentos de laboratório, biblioteca e de cozinha.

13 - ESCOLA ESTADUAL ZDZISLAU ZAWADZKI - Ensino fundamental diurno. Possui 220 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Dep. João Leopoldo Jacomel, que oferece ensino de Pré-Escola a 4ª série. Iniciou suas atividades este ano e não possui quadra de esportes nem equipamentos de laboratório, biblioteca e de cozinha.

14 - COLÉGIO ESTADUAL PROFª CLEIDE LENI L. KURZAWA - Ensino médio noturno. Possui 156 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Marcelino de Andrade. Iniciou suas atividades este ano e não possui quadra de esportes, Laboratório de Ciências, Laboratório de Informática, biblioteca, espaço para a Secretaria e Direção e nem equipamento de cozinha.

15 - COLÉGIO ESTADUAL PROFº JOÃO NERLI DA CRUZ - Ensino médio noturno. Possui 110 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Papa Paulo VI - Ensino fundamental diurno. Iniciou suas atividades este ano e não possui quadra de esportes nem equipamentos de laboratório, biblioteca e de cozinha.

16 - COLÉGIO ESTADUAL ARAUCÁRIA - Conforme laudo técnico do engenheiro contratado pela Prefeitura, as estruturas encontram-se comprometidas, sendo o mesmo corpo de prova perícia. Atualmente o colégio encontra-se interditado.

Sabemos que o Governo do Estado tem trabalhado para melhorar a educação no Paraná. As 4 novas escolas estaduais que foram abertas este ano, em estruturas físicas municipais, conseguiram de momento, atender a demanda. Apesar disso, se não forem construídas novas unidades e ou adequadas as já existentes, durante o ano em curso, em 2008 nem o município nem o estado estarão em condições de absorver a crescente demanda das últimas séries do ensino fundamental e também do ensino médio.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3062

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão dos dias 17 e 18 do mês corrente, em razão de encontrar-se em Missão

Oficial como Presidente da Comissão de Saúde Pública desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 3060

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, moção de aplausos e congratulações à professora Rosimeri Sobrowolski Oteka do Centro Municipal de Educação Infantil Santa Izabel em Ponta Grossa, por conquistar o Prêmio Professores do Brasil. Trata-se da 2ª edição do prêmio concedido pelo Ministério da Educação (MEC) para projetos pedagógicos de destaque na educação infantil.

A professora Rosimeri foi contemplada com o projeto "Pequenos Pesquisadores, Grandes Descobertas", desenvolvido com alunos do jardim III, entre 5 e 6 anos. A professora coletou dados sobre insetos capturados pelos próprios alunos, analisou e discutiu o tema em sala de aula. De acordo com a professora Rosimeri foram 5 meses de trabalho, que consistiu em aproveitar ao máximo a curiosidade dos alunos e assim, tornar o aprendizado mais interessante. Os alunos saíram a campo para realizar pesquisas e foram realizadas aulas com gráficos, jogos, produção artística, recorte colagem e literatura.

Além da professora Rosimeri, outros 20 professores foram premiados em todo o Brasil. O MEC realiza a solenidade de premiação nesta segunda-feira, 15 de outubro - Dia do Professor - no auditório do Ministério em Brasília.

Desejamos sucesso à professora e parabenizamos o Centro Municipal de Educação Infantil Santa Izabel pela conquista.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja comunicada à professora Rosimeri Sobrowolski através do endereço: Rua Miguel Couto, 269 - Vila Órfãs - São José - CEP 84070-260 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 3065

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Jornal Impacto, pelo lançamento da edição do semanário Impacto Santa Catarina.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Luiz Fernando Fedeger - Diretor do jornal, através de correspondência a ser encaminhada por este Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Impacto ao longo dos seus 15 anos têm-se firmado como um jornal sério, comprometido com as questões mais importantes do Paraná, lutando pelo jornalismo de credibilidade, sendo combativo, denunciante e repleto de bom humor, sempre com um noticiário abrangente e interessante aos seus fiéis leitores, pautando-se pela ética na prestação da informação.

Agora com o Impacto Santa Catarina, a editora ganha novos horizontes e realiza um investimento considerável para atender a vida pública e principalmente política do estado vizinho.

REQUERIMENTO Nº 3068

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações à Escola Madre Anatólia, em nome das irmãs servas de Maria Imaculada e da Equipe Diretiva da respectiva escola, em alusão ao aniversário de 75 anos de fundação da entidade.

Requer ainda, que seja dado ciência a sua direção, na R. Martim Afonso, 575 - CEP 80410-060 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A Escola Madre Anatólia surgiu com a vinda de três Irmãs Servas de Maria Imaculada, de Prudentópolis à Curitiba, em 1º de março de 1932. Eram elas: Irmã Rafaela Vanda Rymkiewicz, Irmã Teresa Tecla Katerenhuk e Irmã Jeremia Olga Cheremeta Vieram sem recursos materiais, mas com muita fé, amor e vontade de se doar em prol da educação de jovens e crianças, e confiando na bondade de Deus e do povo que as acolheu.

Em 18 de abril de 1938 a escola recebeu licença para funcionamento sob a denominação de “Educandário Santa Teresinha”.

No ano de 1968, a escola passa a chamar-se “Ginásio Madre Anatólia” em homenagem a Irmã Anatólia Bodnar - Supervisora da Congregação das Irmãs Servas no Brasil, ela foi pessoa dotada de um carisma especial, sempre se dedicando gratuitamente para o bem do próximo.

A Escola Madre Anatólia completa 75 anos de atividade como entidade referência no campo da educação, razão pertinente para que a comunidade paranaense renda em seus favor os votos de congratulações.

REQUERIMENTO Nº 3071

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao escritório de Advocacia Andrade, na pessoa do seu fundador Edson Elias de Andrade.

Desde a fundação da Advocacia Andrade, em agosto de 1989, na Cidade de Nova Esperança, portanto há mais de 18 anos, seu escritório vem prestando serviços

àquela comunidade, sempre com desvelo e qualidade no atendimento, primorando sempre no sentido de apoiar a toda população daquela região, sem diferenciação ou restrição, se consolidando cada vez mais no setor, principalmente pelos trabalhos prestados e desenvolvidos sempre com seriedade e responsabilidade.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3072

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Jornal do Estado, na pessoa do seu Colunista, o Jornalista Marcus Vinícius Gomes.

O Jornalista Marcus Vinícius Gomes, é Formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, escreveu mais de 1.200 artigos, há mais de três anos à frente da Coluna Toda Política, sempre com grandes assuntos, impactantes e/ou imparciais, de interesse de toda a população paranaense, principalmente da classe política, onde com coragem e responsabilidade adquiriu o respaldo e o respeito do leitor.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3067

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, para prestar esclarecimento em relação ao Processo nº 9.165.048-3, que pede a instalação de uma Termelétrica no município de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) TADEU VENERI

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 737/07**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida, em todo o território paranaense, a apresentação, a manutenção e a utilização, sob qualquer pretexto ou justificativa, de animais selváticos e/ou domésticos, sejam nativos ou exóticos, em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais.

Art. 2º Fica excluída da proibição de que trata o artigo 1º desta lei, a presença de animais domésticos de estimação, desde que permaneçam em companhia de seu donos e não sejam utilizados como exibição pública.

Art. 3º A referência do artigo anterior, não exime das responsabilidades legais ou penais, os seus donos em eventuais danos morais ou físicos.

Art. 4º Isenta-se da proibição prevista no artigo 1º os eventos de natureza científica, educacional ou protecional, sem fins lucrativos.

Art. 5º A desobediência ao contido nesta lei, implicará nas seguintes sanções:

I - Interdição imediata do espetáculo;

II - Cancelamento da licença de funcionamento da empresa promotora de espetáculo;

III - Pagamento de multa a ser estipulada pelo órgão expedidor do alvará de funcionamento.

Art. 6º O contido nesta lei, não impede as sanções previstas em programas de proteção aos animais em sua área de abrangência, nos municípios que os tenham regulamentados.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Para justificar o presente projeto de lei, fomos buscar primeiramente o seu amparo legal, tendo em vista a necessidade de se buscar uma regulamentação que proteja os animais e que não fira qualquer princípio legal.

A Constituição Federal afirma em seu artigo 24, inciso VI:

Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

A mesma Carta Magna, no capítulo VI, artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, diz:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Ainda, existe o amparo da Constituição Estadual que em seu capítulo V - do meio ambiente - artigo 207, parágrafo 1º, inciso XIV, onde diz:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-

se a proteção dos ecossistemas e uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

XIV - Proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade.

Assim, chamadas para testemunhar, ambas as Constituições Federal e Estadual, e, estando comprovado o fato de que os animais de circo são, frequentemente, mutilados, expostos a técnicas cruéis de adestramento e apresentados em público em situações que ferem a dignidade de sua espécie, principalmente, diante das crianças que são a nossa geração futura, dificultando a sua relação com o meio ambiente;

Considerando, que a manutenção desses animais por ser bastante onerosa, normalmente não é suficiente em quantidade e qualidade para o sustento dos animais, e;

Considerando, ainda, a questão ética da exposição desses animais ao ridículo, muitas vezes, o que pode provocar a irritação desses animais, fazendo rebelar-se e colocar em risco a presença do público que assiste ao espetáculo (*sic*). Esse risco pode ser sanitário ou de segurança física. Risco sanitários porque a ausência total ou parcial de um controle adequado do estado de saúde dos animais, pode levar a transmissão de doenças - inclusive zoonoses - nos municípios por onde o espetáculo passe. O risco sanitário porque a ausência total ou parcial de um controle adequado do estado de saúde dos animais, pode levar a transmissão de doenças - inclusive zoonoses - nos municípios por onde o espetáculo passe.

O risco de segurança física, pode advir de acidentes fatais já ocorridos em nosso país, envolvendo esses animais, devido a precariedade da segurança oferecida durante a apresentação dos espetáculos. Esse risco de acidentes pode ser compactuado pelas prefeituras que fornecem o alvará de funcionamento.

Além disso, existe o fator de qualidade e tamanho das jaulas ou outro espaço físico disponibilizados para os animais, contrariando totalmente a sua natureza. Sem contar a falta de cuidados veterinários que faltam aos animais expostos.

Assim sendo, busco o apoio dos demais pares desta Casa, para a aprovação da presente lei, que outra coisa não pretende senão proibir a utilização dos animais acima citados em espetáculos circenses ou de qualquer outra natureza, que não sejam os de conservação da fauna em território do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 738/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR, passa a reger-se por esta lei.

Parágrafo Único. A denominação Fundo de Assistência ao Turismo, a sigla FASTUR e o termo Fundo se equivalem nos dispositivos desta lei.

Art. 2º O FASTUR tem como objetivo, em conformidade com a política estadual de turismo, apoiar e incentivar o turismo como atividade econômica e como forma de promoção e desenvolvimento social e cultural em cidades históricas, estâncias hidrominerais, localidades do círculo turístico e outras localidades com reconhecido potencial turístico.

Art. 3º Poderão ser beneficiárias de operações de financiamento com recursos do Fundo as pessoas jurídicas cujas atividades se enquadrem nos objetivos da política estadual de turismo.

Art. 4º São recursos do FASTUR:

I - retornos de benefícios fiscais concedidos por meio de lei;

II - dotações consignadas no orçamento do estado, bem como créditos adicionais;

III - recursos provenientes da transferência de fundos federais, inclusive recursos orçamentários da união que venham a ser destinados ao Fundo;

IV - recursos provenientes de operações de crédito interno e externo de que o estado seja mutuário;

V - receitas provenientes da cobrança de taxas e emolumentos pelo exercício das responsabilidades do estado no setor de turismo;

VI - retornos relativos a principal e encargos de financiamentos concedidos pelo Fundo;

VII - doações;

VIII - recursos de outras fontes.

Parágrafo Único. O FASTUR transferirá ao Tesouro Estadual recursos para pagamento de serviço de dívida de operação de crédito contraída pelo estado e destinada ao Fundo, na forma definida em regulamento.

Art. 5º O FASTUR, de natureza e individuação contábeis, será rotativo, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 4º, e seus recursos serão aplicados na forma de financiamento reembolsável.

Parágrafo Único. O prazo para concessão de financiamento com recursos do FASTUR será de até dez anos contados da data da vigência desta lei, facultado ao Poder Executivo propor sua prorrogação, com base em avaliação de desempenho do Fundo.

Art. 6º Os recursos do Fundo serão utilizados no financiamento de inversões fixas e de capital de giro, em projetos de comprovada viabilidade técnica e econômico-financeira, estando as operações sujeitas às seguintes condições gerais:

I - o valor do financiamento não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do investimento global previsto;

II - caberá ao beneficiário prover o restante dos recursos necessários à implantação do projeto;

III - os financiamentos para o capital de giro terão prazo de até três anos, incluindo carência e amortização;

IV - os financiamentos de inversões fixas e os financiamentos mistos, que abrangem inversões fixas e capital de giro, terão prazo de até sete anos, incluindo carência e amortização;

V - o índice de reajuste do saldo devedor será definido pelo Poder Executivo, podendo ser utilizado índice de preços ou índice de taxa financeira, autorizada a aplicação de redução ou dispensa do índice ou taxa, conforme estabelecido em regulamento;

VI - os juros, de até 12% a.a. (doze por cento ao ano), serão calculados sobre o saldo devedor reajustado;

VII - a amortização do principal será mensal, a partir do término da carência;

VIII - as garantias reais, subsidiárias ou fidejussórias serão definidas pelo agente financeiro em cada financiamento, de acordo com suas normas operacionais.

Art. 7º O agente financeiro do FASTUR, terá as seguintes atribuições:

I - analisar os pedidos de financiamento e decidir sobre sua aprovação;

II - contratar as operações aprovadas;

III - liberar os recursos do Fundo, na forma do regulamento, respeitada a disponibilidade de caixa;

IV - emitir relatórios de acompanhamento dos recursos do Fundo e encaminhá-los ao órgão gestor do Fundo.

Art. 8º As penalidades e os procedimentos a serem adotados em caso de inadimplemento em que incorrer beneficiário do FASTUR serão definidos em regulamento.

Parágrafo Único. Fica o agente financeiro do Fundo, autorizado a transigir com relação aos prazos, penalidades e cominações previstos, bem como a debitar ao Fundo os valores irrecuperáveis e qualquer quantia despendida em decorrência de procedimento judicial, a título de ressarcimento de antecipações realizadas.

Art. 9º O agente financeiro do Fundo, a título de remuneração por serviços prestados ao FASTUR, fará jus a:

I - comissão de 3% a.a. (três por cento ao ano), incluída na taxa de juros de que trata o inciso VI do artigo 6º desta lei;

II - comissão de abertura de crédito de 2% (dois por cento), nos financiamentos mistos, incidente sobre a parcela de financiamento destinada ao capital de giro, que será descontada no ato de sua liberação.

Art. 10. O agente financeiro do Fundo, atuará como mandatário do estado para a contratação de opera-

ções de financiamento com recursos do Fundo e para a cobrança dos créditos concedidos.

Art. 11. O órgão gestor do FASTUR é a Secretaria Estadual de Turismo.

Art. 12. Compete à Secretaria de Estado de Fazenda:

I - a supervisão financeira do órgão gestor e do agente financeiro do FASTUR, especialmente no que se refere à elaboração da proposta orçamentária e do cronograma de receita e despesa;

II - a análise da prestação de contas e dos demonstrativos financeiros do Fundo, sem prejuízo do exame pelo Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Único. O órgão gestor e o agente financeiro do Fundo ficam obrigados a apresentar relatórios específicos à Secretaria de Estado de Fazenda, na forma solicitada.

Art. 13. O Grupo Coordenador do FASTUR é integrado por um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria de Estado de Fazenda;

II - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral;

III - Secretaria de Estado de Turismo;

IV - Agente Financeiro do Fundo;

V - Conselho Estadual de Turismo - CET.

Parágrafo Único. As competências e atribuições do grupo coordenador serão definidas em regulamento, observadas as normas aplicáveis.

Art. 14. Os demonstrativos financeiros do Fundo obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, e nas normas gerais e específicas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 15. O Poder Executivo expedirá o regulamento do FASTUR no prazo de noventa dias contados da data de publicação desta lei.

Art. 16. Esta lei não prejudica o ato jurídico perfeito e, em especial, os atos praticados e os financiamentos já contratados, nos quais prevalecerão as respectivas condições, determinadas pelos instrumentos legais vigentes à época da contratação.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Apoiar e incentivar financeiramente o turismo como atividade econômica e como forma de promoção e desenvolvimento social e cultural em cidades históricas,

estâncias hidrominerais e outras localidades com reconhecido potencial turístico no estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 739/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade da Programação da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, ser exclusivamente de interesse nacional, ficando expressamente vedadas as retransmissões de programações estrangeiras, que tenham cunho ou vertentes políticas de qualquer espécie.

Parágrafo Único. Excetuam-se dessa proibição, os documentários com prazo certo e determinado para sua exibição, e ainda programação científica destinada a promover o conhecimento e não fazer apologia a determinada pessoa, Governo ou corrente de pensamento filosófico ou político.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A televisão pública deve ater-se à divulgação de programas culturais e de interesse público, não podendo servir de palanque para a divulgação de ideais políticos de uma só corrente, temos exemplos de televisões públicas com produções de extrema qualidade e excelente conteúdo, não se justificando a cessão de várias horas de programação a outras emissoras estrangeiras.

PROJETO DE LEI Nº 740/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a cobrança prévia de taxa para cadastramento de *curriculum vitae* em agências de empregos, inclusive as virtuais, no âmbito do estado.

Art. 2º A empresa agenciadora de mão-de-obra que não cumprir esta norma estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira ocorrência;

II - multa, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), na segunda ocorrência;

III - multa equivalente ao dobro da prevista no inciso II, nas ocorrências subseqüentes, e suspensão temporária das atividades do infrator pelo prazo máximo de trinta dias;

IV - cassação do alvará de funcionamento.

Art. 3º As agências de emprego terão o prazo de 30 dias contados da data da regulamentação desta lei para se adequarem a suas determinações.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Para o trabalhador, estar desempregado, principalmente num país como o Brasil, onde os mecanismos de proteção ao desempregado são insuficientes, significa, de um lado, lidar com todas as restrições decorrentes da falta de renda para prover o seu sustento e o de sua família. De outro lado, fator tão importante quanto a falta de renda, o desemprego prolongado gera sérias conseqüências, tais como a desestruturação do núcleo familiar, o rompimento do círculo de relações sociais, a redução da auto-estima e a crescente dificuldade de obter nova colocação no mercado formal de trabalho, devido à velocidade com que se transformam os processos produtivos e, com eles, os requisitos exigidos na formação profissional.

Outro fator negativo é a discriminação contra o trabalhador que está acima dos 35 ou 40 anos, considerado “velho” para ser aproveitado. Trata-se de um contra-senso, pois, nessa idade, o trabalhador, naturalmente, tem maior experiência profissional e de vida, podendo contribuir muito mais para o desenvolvimento do país. É importante destacar que, conforme Pesquisa Mensal de Emprego - PME, do IBGE, para cada posto formal de trabalho aberto, surgem outros dez no universo da informalidade. Ou seja, o saldo atual de empregos com carteira assinada é de apenas 23 mil, contra 240 mil informais.

Considerando o acima exposto, o projeto de lei que apresentamos tem a finalidade de eliminar um relevante e, muitas vezes, decisivo obstáculo encontrado pelo cidadão que recorre a agência de emprego, tanto tradicionais quanto virtuais, com o objetivo de cadastrar seu currículo profissional, qual seja a cobrança de taxa para tal.

PROJETO DE LEI Nº 741/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 11027, de 29 de dezembro de 1994, que foi alterada pelas Leis nºs 11096 de 16 de maio de 1995, 12125 de 22 de abril de 1988 e 13512 de 21 de janeiro de 2002, que passará a vigorar com a seguinte redação.

“Parágrafo Único. A região metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulisses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros municípios criados em área territoriais deles desmembrados.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do município de Piên na lista dos municípios que constituem o território da região metropolitana de Curitiba, se faz necessária já que geográfica, histórica e economicamente encontra-se este município ligado a grande Curitiba.

Sendo o único município tão próspero que não integra a região metropolitana de Curitiba, haja visto, que se faz divisa com os municípios que integram e constituem esta região como Agudos do Sul, Mandirituba, Campo do Tenente, Quitandinha e com São Bento do Sul, município do estado de Santa Catarina.

LEI Nº 11027

Data: 29 de dezembro de 1994.

SÚMULA:

Transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC em autarquia e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

(...)

Art. 2º A autarquia de que trata esta lei terá sede e foro na cidade de Curitiba jurisdição administrativa no território compreendido pela região metropolitana de Curitiba.

Parágrafo Único. A região metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tunas, Tijucas do Sul, Quitandinha, assim por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas.

(...)

Palácio do Governo em Curitiba, em 29.12.94.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 742/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a fabricação e a comercialização de embalagens plásticas (PET) com pintura metálica em todo o estado do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Com a proibição de fabricação e comercialização de embalagens plásticas (PET) com pintura metálica em nosso estado, estamos dando um passo valioso de defesa do nosso meio ambiente.

Verificando que só no ano de 2006, 13 toneladas de garrafas PETs com pintura metálica, deixaram de ser recicladas pelas cooperativas. O acúmulo deste tipo de material inservível para reciclagem representa uma das maiores fontes de poluição da natureza, contribuindo para o entupimento de rios, canais, bueiros e causando conseqüentemente enchentes e um grande transtorno ecológico.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Aproveitando, Sr. Presidente, que estão sendo lidos os recados, os requerimentos e as informações, queria fazer o registro de que recebi, no dia de hoje, este ofício do Deputado Alexandre Curi, que me informa ter recebido do eminente Presidente da COHAPAR, resposta de um requerimento que fiz.

Na verdade, só lamento que o Presidente da COHAPAR manda um requerimento dizendo que está mandando uma planilha constando que a lei está sendo cumprida, só que o requerimento que esta Casa aprovou determina que a COHAPAR informe quantas pessoas estão sendo beneficiadas, se a Lei nº 15301/06 está sendo cumprida, que é a lei que determina que 20% das casas devem ser entregues à mãe, que é a chefe da família. Infelizmente, não sei se por esquecimento do nosso eminente Presidente da COHAPAR, Rafael Greca de Macedo, não veio a planilha. Eu gostaria de ver o cumprimento desta lei que esta Casa aprovou. Então, registro na Sessão de hoje, que veio incompleta, não veio. Ele diz que está aqui, mas não está.

Queria pedir, Sr. Presidente, não sei como poderíamos fazer, porque ele informa que mandou e a Assem-

bléia recebeu o ofício dizendo que recebeu, mas não recebeu. Então, protocolou-se algo errado aqui e isso fica ruim para a Assembléia e para o próprio Presidente da COHAPAR, que eu peço que mande a planilha para analisarmos o cumprimento da lei como fez esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas respondendo a questão de ordem, não fica ruim para a Assembléia, porque a Assembléia efetivamente não recebeu a planilha. Nós já consultamos. Seguramente, deve ter havido um equívoco por parte da COHAPAR que não mandou a planilha, mas nós, imediatamente, vamos entrar em contato com a COHAPAR, porque a Assembléia não recebeu. Acredito que por falha de alguém da expedição deve ter acontecido alguma coisa, mas pode deixar que vamos tomar providências.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Claro que tem que complementar as informações, verificar se a falha é da Casa ou de quem da COHAPAR, efetivamente, tenha protocolado a resposta nesta Casa, mas eu já disse ao Deputado Jocelito que conteúdo já, há muito tempo, tem como regra titular o imóvel em nome da mulher que é muito mais garantidora do lar do que o homem. Então, mais de 50% dos imóveis já são titulados em nome das mulheres.

V. Exa. tem razão em querer obter a resposta, mas quanto ao conteúdo, eu já disse a V. Exa. e vou reafirmar aqui, escrevi pelo menos parte da política habitacional do nosso estado e na política habitacional contempla justamente este princípio, que é o princípio, aliás, que também está seguindo o Governo Federal, a partir do amplo processo de discussão que fizemos através das conferências das cidades.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estive ontem, aqui, e falei sobre as despesas de passagem, de locomoção, de diárias do Governo e falei que o total dos últimos 4 anos era 150 milhões. Eu cometi um equívoco e subo à tribuna para resgatar a verdade.

Nós tínhamos feito um levantamento importantíssimo, Deputado Luiz Carlos. Ontem, V. Exa. prestou atenção no meu pronunciamento e eu falei que o Governo, nos últimos 4 anos, gastou 150 milhões. Ontem, foi amplamente divulgado. Eu vim aqui restabe-

lecer a verdade, Deputados que estão aqui me ouvindo. Não são 150. Faço e dou a resposta, porque o Governo, ontem, através da assessoria de imprensa da Casa Civil, soltou uma nota dizendo que este Parlamentar, o Deputado Rossoni, não entende nada de contas públicas e confunde dados de orçamento e previsão com gastos realizados.

Acho que eu deveria, Deputado Luiz Carlos, conversar com a Casa Civil. Deputado Alexandre Curi, a Casa Civil, no dia de ontem, tentou desmentir e desqualificar este Deputado. Fiz aqui um levantamento das despesas que o Governo fez das diárias, das passagens e de locomoção. Falei que dava um total pequeno, de 150 milhões. Hoje, todos os jornais do Judiciário e a assessoria da Casa Civil desqualificam este Parlamentar, que confundimos. Deputado Luiz Carlos Martins, não são 150, são R\$ 210 milhões gastos nos últimos 4 anos.

Passagens e despesas de locomoção: em 2003, R\$ 12 milhões; em 2004, R\$ 14 milhões; em 2005, R\$ 15 milhões; em 2006, R\$ 15 milhões. Não estamos falando em 2007. Com diárias: em 2003, R\$ 21 milhões; em 2004, R\$ 29 milhões; em 2005, R\$ 50 milhões; em 2007, R\$ 47 milhões. Somando tudo, chega ao pequeno valor de R\$ 210 milhões.

Não sei quanto custa, hoje, uma casa popular. Nós estávamos fazendo e pedi para a minha assessoria, para que eu não cometesse nenhuma injustiça. Deputado Douglas, uma casa popular, pequena, desses conjuntos habitacionais, hoje custa em torno de R\$ 10 mil, um pouquinho mais - foi feita uma pesquisa. Aqui, tenho que dá para construir 21 mil casas.

Esta questão, como resposta à Casa Civil, ontem, eram 150, hoje, são R\$ 210 milhões. Poderíamos batizar este Governo de um Governo viajante, porque é um Governo que vem aqui e gasta em 4 anos.

Ontem, o Líder do Governo disse que fizemos os requerimentos, que foi fruto de um acordo com o Deputado Kielse, disse que até o dia de hoje prestaria algumas informações e o restante na segunda-feira. Obrigado. O Deputado Romanelli, ontem, disse que precisaria de 5 carretas para trazer os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto o Deputado Rossoni se V. Exa está usando o Horário do PSDB?

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

O SR. VALDIR ROSSONI

Horário do PSDB.

Quero dizer o seguinte: para nós, o que importa é a informação. Vejo ali o Deputado Kielse acenando com alguns documentos. Fico contente de o Deputado estar prestando essas informações, mas é importante ressaltar este valor: 210 milhões é muita grana, minha gente! Acho que as contas da minha assessoria, se pegarmos aqui 210

divididos por R\$ 10 mil, dá 21 mil casas? É um número muito grande para gastar com passagens e estadia!

Por essa razão, subi novamente à tribuna para ressaltar e que se a Casa Civil do Governo está desinformada, ela que acesse o site do Governo. Está lá. Não tenha nenhuma dúvida. Eu não viria aqui jamais levantar valores que não tivesse certeza absoluta. Apenas estou reafirmando: são R\$ 210 milhões gastos nos últimos 4 anos com diárias, passagens e locomoção. Neste total está embutido aquele cartãozinho corporativo que vai no banco, saca o dinheiro, depois não tem a prestação de contas no site, todas essas questões.

Com aparte, Deputado Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Quantos quilos de arroz poderia se comprar com esse dinheiro? E quantos quilos de feijão?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Belinati, acho até que poderíamos fazer uma conta rápida: quantos salários-mínimos isso aqui daria? Um valor exorbitante!

Deputado Douglas, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Primeiro, obrigado por conceder-me um aparte.

O senhor está falando de uma ordem de R\$ 210 milhões.

Esta Casa recebeu agora o orçamento para o ano que vem. Gira em torno de R\$ 18 bilhões. Mas, o senhor sabia que algumas alterações, propostas de emendas, etc, de Deputados ou de bancadas de Deputados, o movimento máximo que conseguiríamos, todos os 54 Deputados conseguiriam alterar neste orçamento em torno de R\$ 200 milhões? O senhor percebe a importância de quanto o senhor está falando de dinheiro aí? Toda a movimentação dos Deputados, que eles colocam a possibilidade de cada Deputado colocar R\$ 2 milhões de emendas, projetos de obras para suas regiões. E muitos desses 2 milhões que não são cumpridos, inclusive, que colocamos lá e o Governo não executa o pedido do Deputado lá na região, mas a possibilidade dos Deputados alterarem, movimentarem, é de R\$ 200 milhões apenas. E aí, o senhor me fala em viagens, estadias que o Governo já gastou nos 4 anos, R\$ 210 milhões.

Se for imaginar, como disse o Deputado Belinati, quantos pacotes de arroz dá para comprar, e se formos olhar a população mais humilde, que é o povo que depende mesmo do Governo, fico imaginando quanto que não daria para ajudar as Santas Casas do Paraná, as filas da saúde pública que tem. Lá em Campo Mourão, para conseguir R\$ 60 mil a mais por mês, para uma Santa Casa, é um Deus nos acuda! O senhor está acompanhando a nossa luta, quanto lutamos e cobramos que este Governo ajude. E aí, o senhor me traz a informação que R\$ 210 milhões do dinheiro público foi por viagens, estadias de funcionários do Governo e etc.

Isso é uma vergonha! Realmente, aquela questão da CPI da Corrupção está criando corpo dentro desta Casa e vai acabar tendo que acontecer essa CPI da Corrupção deste Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Douglas, quanto à CPI da Corrupção, convido V. Exa. Estamos elaborando o requerimento. Não vamos insistir com ninguém para assinar a CPI. Quem tiver a boa vontade de fiscalizar esses gastos absurdos, vai assinar a CPI.

A partir de segunda-feira teremos o requerimento, estará à disposição dos Srs. Parlamentares, mas só para nós aqui - Deputado Luiz Carlos, lhe concedo aparte, só quero falar de um número antes que V. Exa. me aparteie - imagine, para quem gasta 210 milhões achou demais 12 milhões em remédios!

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, parabéns por tudo isto que V. Exa. levanta, mas de uma forma didática, Deputado, como que é este cartão? Este cartão, cada funcionário tem um cartão, como que é? É pequeno, é grande? É um cartão mesmo? É um cartão mesmo ou não? Cartão, como que é cartão corporativo? Será que é um cartão colorido? As pessoas chegam no restaurante e colocam o cartão ali?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, ele faz o seguinte: é uma modalidade que vem se expandindo no país, entende? É quase que o seu cartão de crédito. V. Exa. viaja e paga com o seu cartão de crédito.

O que o Governo está fazendo? Só que não dá para confundir os números, senão amanhã teremos uma nota da assessoria da Casa Civil dizendo que estamos dizendo que gastaram 210 milhões com cartão corporativo. Não. Este ano foi gasto com cartão corporativo 18 milhões, até agora, 18 milhões. O ano passado 21 milhões. O servidor viaja, saca com o cartão e faz as despesas. O que nós reclamamos? Como o valor é exorbitante, por que não colocar no site - o funcionário da Secretaria "X" sacou 20 mil - porque são saques assim 50, 40, 30, 70, 120 - ora, com R\$ 120 mil dá para fazer uma viagem para a China com classe executiva e dá para levar ainda 1 ou 2 companheiros para conversar.

Então, como que uma pessoa viaja para Brasília, saca R\$ 30 mil e depois não tem a prestação de contas?

Então, quer dizer, o que estou dizendo é que é próprio do Governo querer confundir. Quando estou falando em cartão corporativo, eu quero dizer que o cartão corporativo está embutido nesses 210 milhões, só que é um modelo de despesas que o Governo tem que neste ano já gastou 18 milhões, o ano passado gastou 21 milhões, mas o importante é ressaltar o seguinte: o Governo viajante gastou, nos últimos 4

anos, não contabilizando o ano de 2007, 210 milhões. Depois eu vou pegar uma calculadora para ver quantos salários-mínimos, quantas casas populares.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Apenas para dizer que V. Exa. se equivoca quando crê que o saque é para uma pessoa. As Secretarias de Governo, quando sacam 30 mil, 120 mil, R\$ 20 mil, é para ir gastando paulatinamente, mas o saque é um só - não é em nome de um indivíduo, não é em nome de um funcionário ou um Secretário.

Apenas para dar esta informação que eu acredito até que V. Exa. também conheça este tipo, porque caso contrário, dá a impressão que se sacou R\$ 120 mil para se fazer uma viagem para fora do país e isto não existe no Governo em nenhum momento.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Nem eu estou falando isto, Deputado Cheida, e compreendo a preocupação de V. Exa. e V. Exa. vem contribuir com o meu pronunciamento.

O que eu estou dizendo é o seguinte: se há uma despesa "x", essa despesa, a maior facilidade para quem entende um pouquinho de internet, de computador, de sistema de informação, é apenas colocar a informação: no que foram gastos esses recursos. Agora, quando pegamos esses valores e quando eu digo 210 milhões, é o cartão corporativo, as passagens, a diária, porque há várias modalidades dentro do Governo, quando se viaja e como se gasta.

É isso que estou dizendo e voltei à tribuna porque falei 150 milhões ontem, hoje fui buscar mais informações, chegou a 210, então essa informação estou repassando para entregar ao Líder do Governo para que ele leve aos desinformados da Casa Civil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho normalmente deixado para responder no horário da Liderança do Governo aquilo que ouvimos de relevante durante a Sessão, mas como eu vi hoje o Líder da Oposição, já no início da Sessão subir à tribuna e cometer, novamente, desculpe Deputado Rossoni, de forma absolutamente abusiva um desrespeito em relação à inteligência dos Parlamentares desta Casa, eu quero já desmentir, desde logo, algumas coisas que V. Exa. disse.

A primeira, Deputado Rossoni, quero fazer uma indagação a V. Exa.: V. Exa. foi Presidente da CPI do Porto de Paranaguá. Durante meses a Oposição aqui fez uma escandalização do porto de Paranaguá. Eu pergunto, Deputado Rossoni: o senhor concluiu que havia corrupção no porto de Paranaguá? O que V. Exa. desvendou como Presidente da Comissão de Inquérito que investigava o porto de Paranaguá? Na seqüência, V. Exa. pode responder, mas fica a pergunta para V. Exa. pensar numa boa resposta. V. Exa. pense numa boa resposta para me dizer depois.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. está no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Douglas Fabrício, eu poderia aqui perguntar quanto custou o mandato de V. Exa., custou R\$ 1 milhão o mandato de V. Exa. ao povo do Paraná? Provavelmente custou!

Agora, nós temos que ter, na minha avaliação, um pouco de responsabilidade ao fazer determinadas afirmações, vamos ser sinceros, não podemos ser demagógicos, não a ponto de querer entre nós aqui nos enganarmos. Todos sabemos que o cartão corporativo - vou dar alguns dados aqui e gostaria que o Deputado Douglas Fabrício e o Deputado Rossoni prestassem atenção para depois não repetir coisas que na verdade acabam maculando - sinceramente a imagem que tenho de V. Exas.

Tenho muito respeito e gostaria que V. Exa. pudesse me ouvir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Questão de ordem.

Sr. Presidente, o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Romanelli está usando o Pequeno Expediente, por 2, 3 minutos, daqui a 3 minutos V. Exa. passa a usar algum outro horário, mas durante o Pequeno Expediente não podemos conceder aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero só colocar uma questão de ordem.

Eu não permito, não dou a liberdade ao ilustre Deputado Romanelli querer chamar a atenção do Deputado Rossoni e do Deputado Douglas para que prestemos atenção no seu pronunciamento. Estamos sentados, respeitosamente ouvindo, não é ele que tem que impor condições a este Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A questão de ordem não cabe. Está sendo descontado do seu tempo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

E diga-se de passagem V. Exa., o Deputado Rossoni faz isso o tempo todo, ele vai à tribuna e fica pedindo que eu preste atenção no que está falando. Então eu quero que V. Exa. preste atenção, Deputado Rossoni, preste atenção.

O Governo do Paraná adotou o uso do cartão corporativo, para o pagamento com despesas de viagens a serviço pelos servidores públicos estaduais, no ano de 2001 por meio do Decreto nº 3450, que instituiu inclusive a central de viagens. Atualmente o decreto em vigor, que estabelece regras e normas das viagens dos servidores públicos, é de número 3498 de 23 de agosto de 2004, que é o ato que regulamentou a Lei Complementar nº 104 de 2004.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Quero dizer, na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uso o Horário da Liderança do PMDB. O pagamento das despesas de viagens referentes a servidor público se dá por meio do cartão corporativo, que é do Banco do Brasil. O cartão corporativo é carregado somente no momento da viagem do servidor. O valor creditado nele é composto pelo valor da passagem pelo deslocamento, despesas com transporte e diárias para hospedagem e alimentação, correspondentes ao período de quando o servidor estiver em viagem. O cálculo desse montante, é feito com base nas regras estabelecidas no Decreto 3498 de 2004, bem como os valores os quais subsidiam tais cálculos também estão definidos no mesmo decreto.

Atualmente estão em uso cerca de 11 mil e 800 cartões corporativos no funcionalismo público do Poder Executivo. Esse número é variável, visto que diariamente há solicitações de novos cartões e cancelamentos de existentes. Olha, queria destacar ainda, Deputado Elio Rusch, que as viagens dos servidores públicos estaduais para serem autorizadas segue um trâmite, o qual assegura controle dessas viagens propriamente ditas, tanto no que tange as despesas quanto a utilidade e interesse público dessas viagens. O servidor antes de viajar precisa encaminhar ao gestor responsável de seu órgão, relatório no qual descreve para onde é a viagem, para qual evento, qual atividade a ser desempenhada, horário de saída e chegada tanto na ida como na volta entre outras informações. O modelo do documento pode ser entregue a V. Exas. E periodicamente cada órgão do Poder Executivo Estadual por meio da sua unidade, grupo financeiro setorial encaminha a inspetoria do Tribunal de Contas do Estado os relatórios das viagens e despesas realizadas por servidores do órgão propriamente dito.

Quero dizer ainda a V. Exas. que os valores que hoje são fixados, os limites com alimentação e pousada são os seguintes:

(Lê):

"Anexo I a que se refere o Decreto nº 3498/04

Tabela de Valores Limites para Diárias - Viagens Nacionais.

Abrangência: servidores civis e militares e aqueles contratados em caráter temporário na administração direta e autárquica do Poder Executivo.

| Despesas com Alimentação e Pousada | | | | |
|------------------------------------|------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | | Valores Limites em R\$ | Valores Limites em R\$ | Valores Limites em R\$ |
| Composição da Diária | Percentual | Distrito Federal | Capitais de Estado | Demais Municípios |
| Alimentação | 30% | 60,00 | 48,00 | 36,00 |
| Pousada | 70% | 140,00 | 112,00 | 84,00 |
| Diária | 100% | 200,00 | 160,00 | 120,00" |

Deputado Douglas Fabrício, V. Exa. que é jovem Deputado ainda e acaba muitas vezes ouvindo o Líder da Oposição, e foi Líder do Governo Jaime Lerner, aqui nesta Casa.

Aliás, acho que um bom desafio era fazer o seguinte, vamos aprovar aqui o pedido de informação para ver o quanto o Governo Jaime Lerner gastou em transporte, aluguel de avião, em cartão corporativo. Vamos aprofundar esta discussão aqui. Vamos fazer um comparativo que sei que V. Exas. vão ficar estarecidos. Só naquela viagem do famoso casamento, em Nova York, certamente já deve ter dado um valor muito elevado.

Vou encaminhar, porque as Sras. e Srs. Parlamentares não têm conhecimento. Certamente, o Deputado Valdir Rossoni não repassou ao Deputado Douglas Fabrício o requerimento onde tem toda a regulamentação sobre o funcionamento do cartão corporativo e de como ele é utilizado. Também não tem as informações em relação ao pedido de informação que foi aprovado por esta Casa, e que foi de autoria do nobre Deputado Valdir Rossoni, que vem com todos os detalhamentos em relação de como funciona esse processamento todo.

Quero dizer, Deputado Rossoni, que se o valor corrigido é de 210 milhões - não tenho essa fonte de informação que V. Exa. tem - disse aqui ontem e vou repetir: Se nós fizermos um cálculo dos 150 milhões, se gastou entre R\$ 2 e R\$ 4 milhões por mês. Vejam V. Exas., se considerarmos toda a administração direta e autárquica, todo o funcionamento dessa estrutura, reconhecemos, aqui, são valores extremamente razoáveis, mais do que razoáveis. Gostaria também de investigar o quanto que foi gasto com medicamentos do Governo Jaime Lerner. V. Exas. terão grandes surpresas, porque num ano de medicamentos, da compra de medicamentos, nós gastamos mais do que nos 4 anos do Governo Jaime Lerner. Sabiam disso? Num só ano!

É fácil subir na tribuna e falar. Falar não se cobra imposto, mas se exige coerência de quem fala, compromisso com a verdade, responsabilidade. Porque outro dia,

ainda, defendi o Deputado Valdir Rossoni. Disse o seguinte: A Oposição não cria factóides.

Quero dizer que V. Exas. estão criando factóides. Isso é um factóide, falar sobre um tema do nada, do vazio, que não tem absolutamente nenhum sentido, é um factóide.

Por isso que espero que V. Exas. tenham responsabilidade ao tratar desse tema aqui, que V. Exas. possam usar a inteligência que têm para tratar do tema. Por exemplo, na segunda-feira, temos uma grande mobilização da sociedade paranaense para que esta Casa, aqui, possa se mobilizar para acabar com aquele maldito pedágio, que o Governo Jaime Lerner criou.

Lembrou-me quando as nossas Bancadas do PMDB e do PT e outros Parlamentares independentes, aqui desta Casa, votaram contra a criação do pedágio. Está aí o pedágio superfaturado. Um pedágio que envergonha a todos nós paranaenses. Queria, Deputado Valdir Rossoni, que V. Exa. se mobilizasse até porque V. Exa. também paga muito pedágio todo mês, para mobilizar as suas carretas em direção ao porto de Paranaguá, para exportar a mercadoria que V. Exa. produz.

Por isso que temos que mobilizar nas causas verdadeiras e não criar factóides. Criar, na verdade, questões que me parece, às vezes, até táticas diversionistas. Se fosse eu que tivesse criado isso aqui teria sido até muito inteligente da minha parte, mas o que eu chamo a responsabilidade da Oposição é que ela dedique o mandato a poder fazer o bem, a poder de fato promover com o seu mandato, que possamos avançar nos grandes temas que envolvem a sociedade paranaense e a sociedade brasileira.

Encerro por aqui, e se for necessário, nós vamos voltar aqui nesse tema porque se a Oposição insistir em criar factóides, nós vamos discutir o factóide. A responsabilidade que esse tema merece é não de ficar se criando questões e, mais do que tudo, me desculpe usar o termo que eu vou usar, que eu não gostaria de faltar com a verdade, porque falar que alguém que carrega um cartão cor-

porativo de uma Secretaria, esse cartão faz uma transferência com base naquele período, nas despesas que vão ser feitas com fundamento na planilha de despesas de viagem, só isso. Não existe ninguém com cartão de R\$ 30, R\$ 40 mil. Isso é uma bobagem absoluta que infelizmente se falta com a verdade quando se faz essa afirmação, aqui, muitos já tiveram o cartão corporativo e sabem muito bem como ele funciona. Não é cartão de crédito o cartão corporativo. Na verdade, é um cartão que tem disponibilidade financeira em função de um dispêndio que vai ser realizado pelo servidor público em missão.

É isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputado, Sras. Deputadas.

A Casa acaba de me mandar o relatório aqui que estava no processo, estava na parte errada. A Casa acaba de me informar que o relatório é meio complicado de entendermos, porque não vi Ponta Grossa aqui e lá foram feitas casas. Recebi o relatório aqui da COHAPAR, estava anexado no lugar errado e acabou chegando errado, mas está aqui nas minhas mãos. Só estou estranhando que aqui não consta Ponta Grossa e que Ponta Grossa recebeu casas agora.

Só lamentamos que as informações não vieram como devem vir, de acordo como determina a lei. Estou fazendo um cálculo aqui, Deputado Romanelli, não dá para dizer ainda se a lei está sendo cumprida ou não, até porque estou fazendo os cálculos aqui se estão cumprindo os 20%.

Algumas cidades estão, outras não, umas sobram, outras faltam. Mas só estranho porque não consta Ponta Grossa e foram entregues casas. O Greca esteve lá e fez uma grande festa. Só para dizer que recebi, mas vou analisar melhor esse relatório aqui.

Mas hoje, Srs. Deputados a machete de hoje, Deputado Waldyr Pugliesi, a manchete do jornal de hoje em Ponta Grossa sabe qual é? “Sobram leitos de UTI em Ponta Grossa”. Manchete principal do Jornal da Manhã.

Como o senhor trabalhou bem, Deputado Péricles! Parabéns, Deputado Péricles! O Governador gosta do senhor! Deve ter alguma coisa a mais com o Governador, eu não entendo! O senhor conseguiu acabar com a falta de leitos de UTI em Ponta Grossa. Parabéns, Deputado Péricles! V. Exa. merece todos os elogios. Aqui, no jornal de hoje, Jornal da Manhã. Pode acontecer um acidente, alguma coisa, mas hoje, está aqui. E a partir da semana que vem, vou vincular, no horário do PTB, nós temos aquelas inserções, 40 inserções do partido, nós vamos colocar no ar para as pessoas que não enxergam, os míopes, vai estar no programa do PTB.

Aliás, vou fazer diferente: peço à minha assessoria, que está ouvindo no gabinete, que requeira o Grande Expediente de um dia destes, porque vou mandar filmar, lá em Ponta Grossa, as obras da saúde que estão sendo feitas. Vou trazer. Queria pedir à minha assessoria que requirite o Grande Expediente.

Sr. Presidente, questão de ordem. Da tribuna. quero já requerer a V. Exa. o Grande Expediente do próximo dia que estiver vago, na semana que vem, porque vou passar aqui um filme do que foi feito em Ponta Grossa na saúde, até agora. Vou trazer as obras, as UTIs, vou trazer aqui o hospital regional, no 5º andar. Aliás, na semana que vem começam as inserções do PTB, eu já gravei. Gravei hoje, e coloquei as imagens do hospital. Tem uns cegos aí que não querem ver.

Então, para quem não enxerga, período de eleição... Aliás, em período de eleição não se enxerga nada! O “troço” passa do lado e o cara não vê! Faz de conta que não vê!

Então, avisar que no horário do PTB vai ser vinculada a obra do hospital, como está: 5º andar.

O Requião pode ter defeitos. Quando eu brigo com ele é porque eu tenho que brigar. Agora, esse hospital, se alguém falar mal, eu vou “pro pau” na hora! Seja o Bispo, o Papa, quem falar mal desse hospital, pode ter certeza que vai ter aqui o guerreiro para brigar pelo hospital! Quem falar mal do meu hospital de Ponta Grossa, que é das minhas filhas, que é dos meus filhos, vai “pro pau”, já vou avisar. Aqui, na rádio, na rua! Quem falar mal daquilo que nenhum incompetente fez até agora, “vai para o pau” comigo, porque daqui a 40 anos eu não vou mais estar aqui, mas tenho meus pequerruchinhos lá: meu filho, minhas filhas, meus netos depois, e quem falar mal do hospital de Ponta Grossa!

Teve outro dia um idiota que falou que o hospital não salvou vida nenhuma. Mas é claro, como é que vai salvar? Está fazendo! Teve um idiota outro dia que disse: “Ah, mas o hospital, não salvou vida nenhuma!” Claro! Como é que vai salvar se está sendo construído! Mas daí, ligou um ouvinte da rádio, para mim, e disse: “Deputado Jocelito, é claro que o hospital já está salvando vidas”. Eu disse: não, mas não está funcionando! “Está salvando vidas sim!” Eu falei: que vidas está salvando? “Cento e quarenta famílias que estão comendo do hospital regional, da construção!”

Cento e quarenta pessoas que estão trabalhando no hospital! Cento e quarenta famílias e estão vivendo da obra do hospital regional: pedreiros, carpinteiros, operários da nossa cidade! Diferentes de alguns “babacas” que quando estão fazendo investimentos em Ponta Grossa trazem empresas de fora, não dão valor! Pegam o dinheiro de Ponta Grossa e levam para fora o dinheiro que é de Ponta Grossa. Esses são os metidos, os falsos moralistas!

Deputado Romanelli, nós vamos brigar em muitas coisas, aqui. Mas, do hospital regional, já vou avisar que quem falar mal do hospital que eu ajudei a conquistar, que eu lutei, que trabalhei, eu e o Prefeito, vamos deixar

bem claro aqui, o Prefeito é meu adversário em Ponta Grossa, no ano que vem vamos nos enfrentar nas urnas e vai ganhar quem o povo quiser. Quem combinar melhor com o povo, ganha! Então, somos adversários, mas somos políticos responsáveis na cidade! Ele de um lado e eu do outro, trabalhando, e a obra está lá!

Então, está aqui hoje no Jornal da Manhã e o nosso Chefe da Regional da Saúde está indo muito bem.

Deputado Romanelli, no sábado, a terceirizada que cuida da Central de Leitos, não levou comida para os funcionários terceirizados. Não sei o que houve e não levou, mas sabem quem levou? Foi o Chefe da Regional da Saúde. É para isso que ele está lá mesmo!

Ontem à noite, a Globo noticiou que falta remédio. Hoje de manhã já liguei para ele e me falou: “Não, já estou providenciando, já estou chamando todo mundo e vou ver o que está acontecendo.” É isso que sempre pedi aqui: gente que gosta do que faz! Esses ajudam! Os leitos de UTIs hoje, é claro que a cidade vem crescendo e tem dias que tem mais gente doente, mas também tem coisas lá que precisam ser contadas, como médico que não trabalhava 8 horas no postinho e isso é um pepino também, Deputado Péricles! E daí acontecia o quê?

Se a pessoa não estiver na base, que é o atendimento lá, vai sobrar para ir para o hospital depois, remediando depois.

Então, Sr. Presidente, só queria fazer esse destaque aqui. Que manchete, hein! Se essa manchete sai na época da eleição, acho que o Requião ganhava essa eleição em Ponta Grossa! Se essa manchete sai na época da eleição, tinha ganhado a eleição, porque está sobrando UTI em Ponta Grossa, hoje! O Jornal da Manhã traz que falta leito todo dia e hoje tem vaga - das 11 vagas do pronto-socorro, 7 estavam disponíveis, ontem. Que beleza, hein! É isso que precisamos, que sobre leito de UTI, porque é melhor que sobre do que falte. E vou trazer daqui alguns dias 2 detalhes de UTI, aqui. Pastor Edson, daqui alguns dias vou trazer duas coisinhas da Regional da Saúde sobre UTI que tem gente que vai ficar estarecido aqui. Vamos trazer duas coisinhas sobre leitos de UTI. E já vou avisar: por favor, comecem a elogiar o hospital regional. Quem quiser bater no Governador, bata, faz como eu que de vez em quando dou umas cacetadinhas nele, até porque eu tenho direito, posso bater nele, porque votei nele, pedi voto para ele e quando achar que devo, cutuco, peço e brigo, porque quero defender, porque ajudei a pedir votos, tenho direitos adquiridos quando levantei a bandeira dele.

Engraçado que hoje ninguém fala e está aqui o jornal: sobram leitos de UTI. Ninguém vai falar! Ninguém fala dos leitos de UTI, mas está sobrando! Isso é um bom momento, nós ficamos felizes com isso, é trabalho e vamos continuar trabalhando em cima disso e vêm aí mais leitos de UTI ainda, quando estiver pronto o Hospital da Criança, e semana que vem, no horário do PTB, vai sair lá o hospital regional na imagem real de como está a obra e como é bom vermos o hospital regional bonito,

sendo construído, bacana, daqui a pouco funcionando e daqui a pouco o Governador se anima, e libera o curso de Medicina de volta. É tudo animado!

Fico feliz e sou um cara que me contento com a saúde, porque a saúde estando bem, nós ficamos felizes. Como é bom deitar e dormir, porque se você estiver com o telefone ligado e alguém ligar dizendo que está faltando uma UTI, você não dorme, porque tem que correr atrás da UTI. Agora dá para dormir, porque tem leito de UTI sobrando. Então, dá para dormir agora, Sr. Presidente, porque não toca mais o telefone de madrugada. Estão melhorando as coisas e não adianta só criticar, só falar mal por falar. Não adianta só falar! Não adianta! Tem que trabalhar! O bacana é trabalhar e ver as coisas acontecerem, não é Deputado Péricles? Vou falar bem de V. Exa. também, que lutou junto conosco. Está aí o resultado! E vem mais coisa boa aí, se Deus quiser!

Agora, peço por favor, Deputado Péricles, V. Exa., por favor, vamos falar bem do hospital regional, Deputado Péricles, vamos falar bem. É uma obra santificada, vai salvar vidas, quem sabe um dia nos salva, dá um chileme em nós e estamos lá.

Outro dia um senhora ligou no rádio, brincando lá comigo, e eu disse: a senhora mora aonde? E ela disse: “Eu moro no Jardim”. E eu falei: o que a senhora vê de frente para a senhora aí? Ela disse bem orgulhosa, assim: “O hospital regional está na minha frente.” Eu disse no rádio: a senhora está a 2 minutos do hospital regional, a senhora vira, passa a cerca do campus da universidade e vai a pé para a UTI, dá para levar nas costas. É um dos bairros mais pobres de Ponta Grossa.

Então, eu queria fazer esse registro hoje, Sr. Presidente, deixar esse registro que as coisas, aos poucos, vão melhorando, nem tudo está 100% mas que está melhorando, só não vê quem é cego!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na manhã de hoje, na cidade de Ponta Grossa, em especial na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, tivemos a assinatura do convênio entre o município de Ponta Grossa e o município de Curitiba. Convênio esse que vai possibilitar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a parceria da Prefeitura de Ponta Grossa com a Prefeitura de Curitiba, onde na nossa cidade, na cidade de Ponta Grossa, está sendo implantado o programa Mercado da Família, onde as pessoas que têm uma renda familiar até dois salários mínimos vão poder adquirir a cesta básica a preço de custo, nesse mercado da família que a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa,

que o Prefeito Pedro Vosgrau, e também o Vice Rogério Sermon, estão implantando nos bairros daquela cidade. Um programa importante. Importante porque vai fazer com que as pessoas que têm um poder aquisitivo menor, e naturalmente quem tem o poder aquisitivo menor precisa dos Governos, e ação da Prefeitura vai proporcionar os alimentos, os produtos da cesta básica com o preço em torno de 30% menor.

Lá esteve, Sr. Presidente, o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, o Prefeito de Ponta Grossa Pedro Vosgrau, os Vereadores que compõem a Câmara Municipal, Presidentes de Entidades, Presidente de Associação de Moradores, eu pessoalmente estive participando, nesse momento, dessa assinatura desse convênio e posso dizer que Ponta Grossa ganha com essa atitude de Prefeitura e, com certeza, as pessoas com renda menor estão sendo atendidas pelo município, pela administração municipal. E é isso que nós gostamos de ver, a parceria do Beto com o Vosgrau. E quem ganha é a população de baixa renda de ponta Grossa. Eu queria, aqui, Sr. Presidente, deixar registrado neste momento tudo aquilo que aconteceu na nossa cidade de Ponta Grossa nessa manhã de quarta-feira.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (Pela Ordem)

Só gostaria de registrar a presença do Prefeito Mário Iamamoto, de Paranacity; Vereadores Antônio Soares, Adair e o Gaúcho. Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado, sejam bem-vindos a esta Casa, o Prefeito e os nobre Vereadores.

Com a palavra Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Presidente desta Casa de Leis, Deputado Nelson Justus; 1º Secretário desta Sessão, Deputado Chico Noroeste; 2º Secretário desta Sessão, Deputado Carlos Simões; Sra. e Srs. Deputados, imprensa, assessores, funcionários desta Casa.

(Lê):

“Com muita honra esta Assembléia lança hoje a Coletânea de Leis Estaduais. Vivemos uma nova realidade, onde o conhecimento é fundamental para a preservação e desenvolvimento das instituições.

O homem que não busca informação está fadado ao fracasso, e nessa linha, agradecemos o trabalho incansável do Diretor Legislativo desta Casa, Severo Sotto Maior, cuja equipe elaborou a coletânea de leis

que levamos hoje a todos os parlamentares e à sociedade paranaense.”

A coordenação desta equipe ficou a cargo dos Deputados Caíto Quintana, Reni Pereira e Cida Borghetti.

Quero parabenizar a equipe que está aqui na tribuna de honra.

(Lê):

Severo Olimpio Sotto Maior - Supervisor; Eliete de Paula Xavier Ziesemer - Coordenadora; Idília Débora Gineste - Revisora; Alan Marcos Andrade; Aline G. de Lacerda Costa; André Gustavo Tavares Kutianski; Delôra Terezinha Carvalho; Everlei Terezinha Cleto; Luciano Lacerda Neto; Maria Henrique da Silva de Paula; Marisa Couto de Cristo; Mirian Ribeiro Percinoto; Richard Ruppel Sotto Maior; Silsso Antonio Corso; Sylvana Zeballos Pimentel; Sônia Gorete Carvalho; Maria Sebastiana de Freitas - Fotógrafa; Sérgio Roberto de Oliveira - Diagramador.

“O conhecimento é o processo de acumular dados; a sabedoria reside na sua simplificação.” (Martin Fischer).

A produção cultural eleva o espírito do homem, diferenciando aqueles que têm consciência da importância dos múltiplos aspectos do ser humano. A Assembléia Legislativa do Paraná tem trabalhado na modernização dos métodos de trabalho.

Criamos o COPILEGIS, nos próximos dias a TV Assembléia iniciará suas transmissões, a escola do legislativo já dá seus primeiros passos. Tudo isso não tem um fim em si mesmo, busca-se sim melhorar a qualidade do trabalho de todos envolvidos no processo legislativo, cuja finalidade última é levar melhores leis para a sociedade paranaense.

Parabéns aos servidores envolvidos na produção da coletânea e parabéns à Mesa Executiva, pois essa visão moderna vem mudando as perspectivas da nossa Casa.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência deseja cumprimentar à coordenação do programa, os Deputados Caíto Quintana, Reni Pereira e, em especial a Deputada Cida Borghetti. Principalmente estender esse cumprimento a esses extraordinários funcionários que, com muito amor, zelo e muita competência deixam para a história desta Casa, por escrito, esta coletânea.

A Mesa Executiva tem um sonho de realizar uma biblioteca nesta Casa, com livros escritos apenas por autores paranaenses. E haveremos de fazer isso. Será um sonho que vamos realizar junto com vocês, que deixam para nós essa coletânea de todas as leis do estado, desde a terceira legislatura, desde 1955 até os nossos dias.

Parabéns a vocês! Em nome de todos os Deputados, em nome da Mesa Executiva, de todo o Paraná, nosso muito obrigado!

Realmente vocês fazem parte da história e deixam esse legado para todos nós para aqueles que virão depois de nós.

Muito obrigado!

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças

PDT. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero, neste início, fazer um comunicado lamentável a esta Casa pela falta de segurança em que vivemos e, com justiça, esta falta de segurança não é só no Paraná, é no Brasil inteiro. É sobre o filho do jornalista Vinícius Coelho. Há uma preocupação para saber o que realmente aconteceu com o menino, torcedor do Coxa. A informação que recebemos, neste, neste instante, é que o menino saiu de estádio, juntamente com os colegas e, depois, deixou esses colegas e foi para um bar. Posteriormente, o garoto foi para casa e junto com ele alguns pichadores. Eles estavam pichando uma empresa e os seguranças dessa empresa conseguiram deter somente o filho do jornalista Vinícius Coelho, porque ele é meio gordinho, os outros correram. Pelas informações, ele foi assassinado por esses seguranças. O delegado deve dar uma entrevista dentro de instantes.

A polícia de Almirante Tamandaré, juntamente com a polícia de Curitiba, está trabalhando e os detalhes serão anunciados daqui a pouco. Havia uma preocupação: o que realmente aconteceu? Nós temos aqui uma lei sobre pichadores, na Assembléia, que foi aprovada por esta Casa, é lei e gostaríamos que fosse colocada em prática. Poderia ter evitado esse tipo de ocorrência, porque senão nós vamos virar, Deputada Cida, uma fábrica de leis que, como as vacinas de antigamente, umas pegavam, outras não.

O Deputado Romanelli, Líder do Governo, não sei se ele encontra presente, é um Deputado provocativo, no bom sentido. É um Deputado provocativo! Uma das nossas funções é provocar e ele provocou. Ele tem essa capacidade. Ele foi à tribuna e, ao invés de defender, atacou. Então, a melhor defesa é o ataque. Nós queremos uma explicação, inclusive didática, a respeito desse cartão corporativo. Nós queremos saber como funciona. O Deputado Romanelli diz que não é um cartão de crédito. Nós queremos saber o modelo do cartão porque até é uma preocupação com a clonagem do cartão. De repente, esse cartão pode ser clonado. Nós queremos saber como, realmente, funciona esse cartão porque são 210 milhões. É dinheiro! O Deputado Cartário olhou para mim e falou assim: “Mas é muito dinheiro, não é? Duzentos e dez milhões!”

O Deputado Romanelli é um Deputado provocativo. Isso no bom sentido. É ótimo isso. Ele vem àquela tribuna e diz assim: “Deputado Presidente desta Casa, Nelson Justus, este maldito pedágio. Estamos convocando os Deputados desta Casa para uma manifestação contra o pedágio no estado do Paraná!” Maldito pedágio! Foi esse maldito pedágio que elegeu o Governador Requião. Ou não foi? Foi esse maldito pedágio que elegeu o Governador Requião, quando naquele fatídico debate, o Governador Requião perguntou para o então candidato Álvaro Dias: “Álvaro, o que você vai fazer com o pedágio, Álvaro?” O Álvaro, com sua elegância, respondeu: “Vou formar uma comissão para fazer uma auditoria do pedágio, uma análise do contrato.” - enfim, ele respondeu corretamente. O Requião, “em cima da bucha”, comunicador que ele, disse “Não, Álvaro. Eu, Governador eleito do Paraná, ou o pedágio abaixa ou acaba.” Aquilo definiu a eleição em favor do Requião. O pedágio não abaixou. O pedágio não acabou. Pelo contrário, o pedágio aumentou. Foi esse maldito pedágio que elegeu o Governador Requião.

O Deputado Romanelli, Líder do Governo, provocativo, está nos provocando para uma discussão a respeito do Jaime Lerner. É neste terreno que queremos discutir. Estou aqui convidando todos os companheiros e companheiras, que ajudaram o Jaime Lerner a governar o Paraná - muitos deles estão nesta Casa, hoje. Vamos começar a mostrar o que o Jaime Lerner fez neste estado. Agradeço imensamente a provocação do Deputado Romanelli.

Temos um livrinho, V. Exa. deve ter também, Deputado Valdir Rossoni e os Deputados. É um almanaque do Governo Jaime Lerner. Eles podem dizer que papel aceita tudo. Não. É a realidade. Podemos começar a falar sobre saúde, da indústria e comércio, se ele quiser. O almanaque está aqui e seria bom que todos os companheiros que ajudaram o Jaime Lerner, nesta Casa, tivessem-no sempre aqui. Vamos discutir, sim. Queremos saber para aonde está caminhando o estado do Paraná. O que este Governo vai deixar de positivo, para as próximas gerações. Quais são os grandes projetos deste estado.

É claro que me preocupo, quando vejo uma notícia a respeito dos portos, Presidente. Quando sabemos que um grande empresário começa a construir um porto em Peruíbe, a 190 quilômetros de Paranaguá, com extensão de 15 quilômetros, com calado profundo, o que vai acontecer? Será que tem algum grupo - Presidente, o senhor que é bem informado - que vai construir um porto em Pontal? O Governo do Paraná vai permitir que esse grupo privado construa esse porto de 400 milhões? Parece-me, pelas informações que recebi, que isso está sendo encaminhado pelo ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos. É o que se comenta e se fala em algumas rodas. É uma boa notícia. Eu já feliz. Há uma concorrência para construir o porto de Peruíbe.

Deputado Durval, quando ouvi essa informação que não é oficial, é oficiosa, que o ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos está comandando um grupo para construir um grande porto, maior até do que o de Peruíbe, aí já dormi um pouco mais sossegado esta noite. Tomara que seja verdade. De depender desta Casa, com certeza, vai ter todo o nosso apoio.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Luiz Carlos, quero cumprimentá-lo por sua sinceridade.

Temos vivido momento e eu nunca neguei, fui Líder do Governo Jaime Lerner nos dois primeiros anos, aqui, com muito orgulho. Tem setores que o Governo Jaime Lerner certamente causa muita inveja a este Governo, porque se V. Exa. fizer uma pergunta: qual o programa deste Governo? Este Governo vai ser lembrado na história pelo quê, Deputado Luiz Carlos Martins? Vamos fazer como se fosse daqui a 10 anos. Quando um jovem estiver aqui no nosso lugar, eles vão lembrar do Governador Requião. O que vão lembrar? Das “escolinhas” das terças-feiras, das brigas numéricas que ele arrumou e do prejuízo monumental que ele está deixando para este estado, porque programa não tem.

O que existe é uma fantasia e uma grande enganação.

Por esta razão, cumprimento V. Exa. pela coerência do seu posicionamento nesta Casa. Meus parabéns, Deputado Luiz Carlos Martins. O Paraná precisa de mais homens que façam política como V. Exa. está fazendo.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Para encerrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

Quero também dizer, Deputado Romanelli, eu não me envergonho de forma nenhuma, pelo contrário. Não me envergonho de ter apoiado o Jaime Lerner como Governador. Espero que amanhã V. Exa. também não se envergonhe de ter apoiado o Governador Requião nesta Casa. Espero sinceramente, do fundo do meu coração.

Graças a Deus, Sr. Presidente, recebi um convite do 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, que está convidando a todos nós para assistir a exibição de como será o canal, a TV Assembléia. Seria bom até esperarmos, Deputados Romanelli, entrar a TV no ar para então fazermos as comparações, trazermos os números. Isso vai ser muito bom, vai ser salutar. O Paraná está precisando disso.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PR/PRB/PV. Bloco PPS/PMN, com a palavra Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aproveitar a oportunidade, primeiramente para convidá-los para que na semana que vem possam estar junto conosco lá em Campo Mourão, para participar de uma Audiência Pública que vai tratar do tema segurança pública. Ainda há pouco o Deputado do PDT, Luiz Carlos Martins, falou um pouco sobre segurança pública se referindo à capital. Mas, todas as regiões, o Brasil inteiro tem problemas de segurança pública. A nossa região de Campo Mourão também tem. E nós queremos convidar todos os Deputados, sejam de Oposição ou Situação, fizeram ou não campanha naquela região, para que possam estar participando desta Audiência Pública que vai acontecer quinta-feira da semana que vem. Portanto, dia 25 de outubro, às 19h, no auditório da Associação Comercial de Campo Mourão. É uma Audiência Pública por nós proposta aqui nesta Casa, aprovada por todos os Deputados, com a presença da Comissão de Segurança Pública, Deputado Mauro Moraes que é o Presidente. Mas, queremos todos os Deputados que defendem os paranaenses aqui nesta Casa.

Outro assunto que gostaria de falar, é porque ainda há pouco estava naquela tribuna o Deputado Líder do Governo. Com todo respeito que tenho ao Deputado Romanelli, que inclusive fez campanha maciça lá na minha região, em alguns municípios, parece, às vezes, quando ele vai falar, parece que ele é dono da Assembléia ou é chefe dos Deputados. Se ele é chefe dos Deputados da Bancada do Governo, não é chefe dos Deputados da Oposição. Muito menos o meu chefe. É meu colega Parlamentar.

Da mesma forma que ele me chamou a atenção lá daquela tribuna, quero também deixar claro a todos os Deputados, que respeito a todos, mas não sou funcionário do Deputado Romanelli. E falo aqui que eu tenho compromisso com a população.

Acho, sim, que está na hora de criarmos a CPI da Corrupção. Está aqui, tem tanta denúncia do Governo Requião, com o escândalo dentro da SANEPAR, vocês lembram a história da PAVIBRAS, lá atrás, agora a história desse cartão corporativo de 210 milhões. Eu queria chamar a atenção, Deputado Rossoni, de novo, sobre esses 210 milhões. E eu ouço também, quando vai o Deputado Romanelli falar lá na tribuna, vira e mexe ele puxa lá do Governo Jaime Lerner, e às vezes fala em pedágio, atinge até o Deputado Nelson Justus que foi Secretário dos Transportes na época. Acho que o pedágio é necessário aqui no Paraná. Só acho que está muito caro, tanto que vimos agora no leilão, que a COPEL fez de tudo para participar e acho que ficou como 5ª ou 6ª colocada. Quer dizer que tem empresas que colocaram o preço bem mais baixo ainda que a COPEL, e a COPEL que iria lá para fazer o preço baixo. Então, não estão sintonizados, realmente, com a realidade do pedágio e o pedágio no Paraná realmente é muito caro.

Mas, eu estava fazendo umas contas aqui desses 210 milhões para viagens, diárias que o Governo está gastando. Pode parecer pouco, mas particularmente acho que é muito dinheiro, R\$ 210 milhões. Se nós dividirmos isto em 4 anos, Deputado Rossoni, 4 anos, se dividir por ano, Deputada Rosane, vai dar R\$ 52 milhões por ano gasto com viagens, com estadias, dinheiro público, dinheiro dos contribuintes. Agora, se dividir por mês vai dar quase R\$ 5 milhões por mês, esses 210 milhões. Mas, e se nós dividirmos por dia? Vai dar R\$ 210 mil por dia. É muito dinheiro, Deputado Valdir Rossoni!

V. Exa. tem razão de levantar este tema. O que eu acho interessante é que quando foi lá o Deputado Romanelli, ele não explicou. Ele detalhou para lá, é que a viagem precisa isto, 30% para não sei o quê e tal, mas na prática não detalhou. É muito dinheiro, é isto que tem que ficar claro. E o papel do Deputado é o da fiscalização. Ah, levar obras para a região, é importante? Claro que é importante, os Deputados todos querem que a sua região seja bem desenvolvida, tenha projetos de investimento do Governo, que Governo seja parceiro e que ajude no desenvolvimento de cada região, mas este dinheiro que está sendo gasto em diárias, eu acho, na minha opinião, que é um absurdo, é muito dinheiro, deve ser melhor esclarecido, sim, mas esclarecido detalhando, como propôs o Deputado Kielse e não atacando outros Deputado, sejam jovens, sejam mais experientes.

Aqui, cada Deputado tem um voto. Aqui não vai se fazer: "Ah, fulano fez 100 mil votos na campanha". Pode ter feito 100 mil, 50 mil, só que não é hora de escolher aqui dentro da Assembléia, é um voto.

E falando da importância do voto, Deputado Valdir Rossoni, quero parabenizar já o Deputado Nelson Justus que vai ter o painel eletrônico. Vi hoje, agora, nos jornais de hoje, vai trazer o painel para que saibamos como estão votando as pessoas, a presença dos Deputados. Parabéns, Deputado Nelson Justus. A TV Assembléia é muito importante e sei que é um projeto de V. Exa. com a Mesa Diretora, com outros Deputados, vai levar a informação desta Casa aos lares dos paranaenses, vai ser mais importante o trabalho da Assembléia.

E para finalizar, relatar a questão do TSE, desviando um pouco da nossa realidade aqui. O TSE, ontem, decidiu que o mandato é do partido, seja do Prefeito, seja do Senador, seja do Presidente da República, seja do Governador, o mandato é do partido, assim como já tinha feito com os Vereadores e Deputados. Eu concordo com esta decisão, acho justa, acho correta. Vai ser para moralizar. A política começa do zero agora, porque as pessoas vão valorizar mais os partidos políticos e aí o papel das lideranças partidárias em preparar os seus quadros, em fazer com que o partido tenha um projeto, e que se foi eleito na Oposição faça o seu papel de Oposição, se foi eleito na Situação faça o seu papel de Situação. Vai acabar com aquele troca-troca partidário, como nós vimos Deputados eleitos na Oposição e depois que vêm para a Assembléia ou para a Câmara Federal vai

fazer Situação, vai contrariar aquilo que o povo colocou nas urnas.

Então, para deixar claro, o PPS apóia essa iniciativa do mandato ser do partido, seja na esfera municipal, enfim, seja do Vereador, seja do Prefeito, seja do Deputado Estadual, seja do Governador, seja do Senador, seja do Deputado Federal, seja do Presidente da República. O mandato é do partido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero agradecer as gentis palavras, Deputado Douglas Fabrício, mas apenas fazendo uma corrigenda rápida, em que pese eu seja favorável ao pedágio, sim, acho que a tarifa está alta. Quando eu lá cheguei já havia o pedágio.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação convoca o Sr. Carlos Artur Krueger Passos, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, para que venha até a Comissão de Transportes explicar as denúncias apontadas pela Revista Isto É, neste final de semana. Portanto, a Comissão aprovou a convocação do Sr. Carlos Artur Krueger Passos. Quero agradecer aos Deputados membros da Comissão de Transportes pela aprovação desse requerimento de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PT, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna, em primeiro lugar, apara anunciar e convidar todos os Parlamentares para um seminário que a Comissão de Educação desta Casa está promovendo: 1º Seminário Paranaense de Educação de Educação Infantil, nessa sexta-feira, dia 19, a partir das 9h da manhã, aqui neste plenário.

É um seminário de extraordinária importância pelo momento histórico que vive a educação brasileira com o FUNDEB e com o plano de Governo para a educação. A partir de agora a educação infantil passa a ser universal, todas as crianças, por determinado período, terão direito à educação infantil, o que não acontecia até agora no país.

Então, o grande debate que está ocorrendo em todo país, eu estive recentemente representando a Assembléia em São Luiz do Maranhão, participando de debates sobre a educação infantil e grandes personalidades, grandes professores, representantes do Conselho Nacional de Educação estarão presentes aqui na Assembléia, na sexta-feira. Podemos destacar, entre os palestrantes convidados, a

professora Patrícia Cursino, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que vai debater a condição da criança no ensino fundamental de 9 anos; Maria Beatriz Lucci, representante do Conselho Nacional de Educação; além da professora Lígia Aquino, que pertence ao grupo de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação de Pesquisa em Educação. O professor Luiz Araújo, professor mestre em Educação e políticas públicas que estará discorrendo sobre as diretrizes do novo Fundo de Desenvolvimento de Educação Básica, o FUNDEB e suas implicações para a educação infantil.

Este tema é de extraordinária importância. Primeiro a questão do financiamento, a questão do FUNDEB, recursos necessários para que todos os municípios brasileiros, desde o mais pobre até o mais longínquo, o Governo Federal deverá alocar recursos para que possamos universalizar o acesso às creches e à educação infantil.

A questão da idade de ingresso da criança, que eu tenho debatido muito com representantes, inclusive do Interfórum da Educação Infantil, eu defendo a idéia que a criança que faz 6 anos até dezembro vai entrar no ensino fundamental de 9 anos. Essa idéia é contestada por alguns setores ligados à pedagogia e ao próprio Fórum de Educação Infantil, mas é um tema muito importante para o nosso estado e o nosso país.

Por isso, subo à tribuna para convidar todos os Parlamentares, não só os participantes da Comissão de Educação, mas todos os Parlamentares para que venham a esse seminário na sexta-feira.

Concedo aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Péricles, agradeço o aparte que V. Exa. me concede para, em primeiro lugar, parabenizá-lo como Presidente da Comissão de Educação para promover, enfim desenvolver esse seminário que vai se realizar com relação à educação infantil.

E aproveito para dizer para V. Exa. que se há uma coisa que foi legada ao nosso partido com muita veemência e muita determinação pelo saudoso Leonel Brizola, foi com relação à educação infantil, especialmente a idéia desenvolvida neste país pelo saudoso Darci Ribeiro, quando estabeleceu a educação integral, não apenas em tempo integral, mas a educação de forma integral. Ou seja, transformando a criança na possibilidade de exercer a cidadania através do conhecimento e da inclusão na escola, razão pela qual temos uma decisão interna do nosso partido que os nossos Prefeitos que têm assento no nosso partido e têm a diretriz maior de fazer o desenvolvimento do ensino integral nos seus municípios, assim ocorre em Paranguá e Pato Branco, 60% dos alunos estão em tempo integral em nossas escolas, assim em Chopinzinho e vários outros lugares.

Gostaria de me somar a V. Exa., dizer que é uma boa ação que faz a Comissão de Educação desta Casa. Acho que todos nós temos que universalizar esta que é uma tendência fundamental da igualdade que podemos

ter entre as nossas crianças do ensino integral, porque aquele que pode, que tem dinheiro, faz o contra-turno normal, de manhã o seu filho vai para a escola particular e de tarde ele faz violão, línguas estrangeiras, faz enfim o contra-turno normal. A criança que é filha do pai mais humilde, da mãe mais humilde, não tem essa condição, a não ser pela intervenção do estado. Quando digo estado é a escola pública.

Então, parabéns a V. Exa., que este tema seja um tema permanente na discussão do nosso estado, porque acho que é uma proposta fundamental da educação. Desculpe por ter me alongado, mas quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa da Comissão de Educação, que abrilhanta o trabalho das omissões desta Casa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Agradeço o aparte.

Na verdade, a bandeira do ensino integral era uma das bandeiras do Leonel Brizola, ficou conhecido internacionalmente, Darci Ribeiro. E seu partido tem uma contribuição valiosa, histórica para essa consciência da importância da educação integral no Brasil. Queremos enaltecer o Deputado Pedro Ivo, que tem trabalhado muito, já no outro mandato, pela educação infantil. E o nosso Deputado Teruo que está percorrendo o Paraná com a Comissão de Educação Integral. Padre Valter, Prefeito de Apucarana, que esteve recentemente nesta Casa divulgando seu trabalho.

O importante é que a educação integral depende muito menos de recurso do que de vontade política. Com vontade política, existem as mais variadas formas criativas de resolver essa questão.

Quando fui Prefeito de Ponta Grossa, começamos essa senda. Não foi possível em 4 anos fazer a indicação da educação integral para todas as crianças, mas criamos, por exemplo, os Núcleos de Integração da Criança e do Adolescente, em parceria com clubes de serviço, com o Exército, com a Polícia Militar, com a LBV, com Igrejas Evangélicas, com Associações de Moradores. Ou seja, a criança que vinha de manhã para a escola, à tarde uma associação tinha uma sede, fazia uma parceria com a Prefeitura, recebia uma cozinha industrial, colocava seus dirigentes e a criança ia lá para o lazer, futebol, recrear, aprender, discutir.

Por isso, digo que somos criativos com poucos recursos que podem, com muita rapidez, fazer com que todas as crianças do Brasil tenham direito a uma educação com qualidade e a educação integral. Como o senhor mesmo disse, as crianças de famílias mais abastadas têm alternativas de vida no contraturno escolar e as crianças mais pobres necessitam da educação integral.

Muito obrigado pelo seu aparte. Não tenho muito tempo para participar de debates, mas acho que a crítica da Oposição ao Governador Requião são críticas pontuais. Na falta de uma crítica estrutural contra o Governo que aponte um caminho novo para o Paraná, à Oposição só resta se apegar às questões pontuais que têm, digamos

assim, uma facilidade, quando se fala em número, em milhões. É tão fácil, do ponto de vista demagógico, tentar iludir a população paranaense, mas nós que já vivemos nesta Casa, sabemos a diferença de governar num sistema, num regime neoliberal de privatização continuada, a educação, tudo, e o Governo que tem compromisso com as maiorias populares que é o caso do Governo Requião.

Não recebemos praticamente nada do Governo Lerner, em saúde, na nossa cidade. Foi Governo de 4 anos com o Lerner. Eu governei 2 anos. Nos 2 anos finais do meu Governo, início do Governo Requião, nós dobramos os números de UTI's. Recebi 2 milhões do Paraná Urbano, nos 2 anos depois, do Requião, 15 milhões. O atual Prefeito de Ponta Grossa, que é do PSDB, não apoiou o Requião. Vai chegar 40 milhões de recursos do Paraná Urbano. Recursos que recebi no final do meu Governo, para pronto-socorro, para o Hospital da Criança, hospital regional. É incomparável.

Só a tarifa social da água representa mais de 1 milhão e 200mil pessoas, que tomam água pagando R\$ 5 por mês. Como era isso no passado? O Luz Fraterna, o Leite da Criança, o recape das rodovias, a luta para abaixar o pedágio, que agora tem mais força essa luta para ser implementada.

Estudei bastante, estamos revisando o que fizemos, quando era Deputado, na questão do pedágio. Acho que é dever do Parlamento, do Governo, da sociedade paranaense diminuir a tarifa de pedágio.

Acho que é importante debater, do ponto de vista estrutural, a diferença de Governo que têm diretrizes de ordem totalmente contrárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Liderança do Governo: Deputado Cleiton Kielse

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Como nós tínhamos combinado com o Líder da Oposição, o nosso companheiro Deputado Rossoni, estamos trazendo, como combinamos, um relatório parcial de como funciona o cartão corporativo, de quantos relatórios que já foram apresentados desde 2001, ainda então com o mandato do Governador Jaime Lerner. Mas tendo a certeza que a Casa Civil nos enviou, no dia de hoje, algumas informações que são interessantes, não a este Parlamento, mas a todo o Plenário.

O nosso expediente hoje, Sr. Presidente, trata de um relatório de informações gerais de como funcionam os cartões corporativos, como o Deputado Romanelli já explicou parcialmente. E até confesso que não sabia, na íntegra, a sistemática nova que teria sido adotada a partir

de 2004, não só na questão do repasse de recursos, para as despesas de viagens, mas a centralização da compra de passagens aéreas, passagens rodoviárias, reposição, reembolso de todas as despesas dos entes vinculados às 22 secretarias de estado. São 22 secretarias somadas a mais de 110 mil funcionários efetivos do estado, divididos em média de 5 a 12 diretorias por Secretaria, numa fusão que hoje, só na Secretaria de Justiça - quero dar um exemplo pontual - temos 399 delegacias, no estado do Paraná, Sr. Presidente, aonde só em Curitiba temos às subdivisões da Delegacia Central, que seria da diretoria geral, temos 22 delegacias. Só de deslocamento de presos que foram feitos nesse período, foram mais de 3 mil presos transferidos, que cada soldado ou cada policial que tinha o deslocamento das cidades com ordem judicial teriam o cartão corporativo embutido na sua diária. Os valores são realmente muito altos. Talvez não chegue à casa desses valores que o Deputado Rossoni tenha citado, mas atualmente o decreto em vigor que estabelece as regras e normas de viagens dos servidores públicos a trabalho, é de nº 3498, de 23 de agosto de 2004, que regulamenta Lei Complementar nº 204/04, que segue aqui na cópia em anexo que vou entregar ao Líder da Oposição, que também faz as regras dos procedimentos como os gestores têm a competência por autorizar viagens e despesas, juntamente com a prestação de contas, com os valores das diárias e outros pontos relacionados às viagens do funcionalismo.

O pagamento ao servidor das despesas referentes às viagens se dá, sim, por meio do cartão corporativo do Banco do Brasil na atualidade. O cartão corporativo é carregado conforme o número de diárias, conforme o nível do funcionário. Existe uma tabela específica aqui que vamos entregar a todos os Parlamentares, que também não sabíamos os valores que tinham alteração conforme a localidade, se é uma viagem nacional ou internacional, se é uma viagem próxima que não existe reembolso, mas tendo uma correlação, dizendo que os valores que foram citados devem estar relacionados aos 11 mil e 800 cartões existentes no estado o Paraná. Esses 11 mil e 800 cartões têm o flagrante gasto realmente essencial ao funcionamento do estado. Digo porquê isso: que numa reintegração de posse, temos valores que estão sendo prestadas contas dentro do caixa do Governo uma reintegração de posse, desde o começo do mandato de Requião, que muitas vezes ele incentivava as invasões.

Então, digo que muito pelo contrário, as áreas improdutivas do estado estão realmente na lista do INCRA, do MST, e estão realmente sendo invadidas as improdutivas. Só que as produtivas, uma reintegração, no caso de Guarapuava, uma região que tem proximidade com a sua região também, no caso de União da Vitória, que há duas semanas atrás foram deslocados 800 policiais para lá, cada policial desse tinha a sua diária com alimentação e se precisasse teria pernoite, numa somatória que uma reintegração chega a custar R\$ 500 mil ao Governo do Estado. Uma reintegração de posse com

êxito, tendo pernoite para cada soldado e mais o acompanhamento de combustível, infra-estrutura e outros equipamentos que são necessários.

Mas as somatórias de todos esses valores são altas. Vamos dizer o seguinte: que cada Diretor de colégio do estado do Paraná, são 2 mil e 800 colégios no estado do Paraná, 2 mil e 800 Diretores só da rede pública estadual. Se somarmos um encontro para melhorar, aperfeiçoar os professores, eles ficam uma semana em Faxinal do Céu, mas lá ele não tem o reembolso da questão da alimentação, quando é focado que Faxinal do Céu vai fornecer a alimentação, existe um desconto.

O cartão corporativo, que é como cartão de crédito, mas que não é de crédito, fornece literalmente o gasto pontual que o funcionário terá nos dias em que estiver a serviço do Governo do Estado.

Eu brinquei com o Morello de que eu iria usá-lo como exemplo. Eu vou usá-lo. O Morello é funcionário da Casa Civil e raramente sai de Curitiba, mas quando ele vai daqui a Foz do Iguaçu, aonde ele tem que se hospedar, comer, onde ele tem as despesas, como nós temos, muitas vezes muito a maior do que este valor que temos, da tabela, que eu achei que para algumas regiões são abaixo do custo de manutenção pessoal, ele gastaria R\$ 180 a diária. Seria isto. Um funcionário.

Quando o Governo se desloca para Campo Mourão, quantos funcionários, em média, o Governo leva? Quando vão 5 Secretários de Estado, 3 assessores, por média, de Secretaria, mais a estrutura funcional para irem lá e fazerem, realmente, um programa de casas populares, fazer o projeto de saneamento básico, fazer um projeto paralelo - já lhe dou o aparte, Deputado Douglas Fabrício - mas, fazendo uma consonância em parceria com os municípios do Paraná, nós temos uma lista consistente.

Mas, digo aqui que os cartões corporativos já estão na mão do Líder da Oposição. Eu tenho um relatório do dia 30 de julho de 2007, aonde foi entregue e endereçado ao Exmo. Sr. Valdir Rossoni, Líder da Oposição, ele recebeu no dia 01 de agosto de 2007, onde consta que a lista com 628 páginas, que foram entregues à Liderança da Oposição, que não estou aqui como Líder do Governo e nem quero ser, como dizia o Romanelli, mas o Vice-Líder tem o papel de ajudar o Líder, que muito bem conduz nossa liderança, mas aqui temos esta apresentação que foi enviada, fornecida pelo Banco do Brasil, esta lista, entregue no dia 01 de agosto de 2007, recebida pela liderança, em nome de Juarez - a letra é complicada - mas, Claudete, dá para ler aqui, da Liderança da Oposição, mostrando que todos os funcionários estão listados e foram apresentados para a Liderança da Oposição.

Os valores oscilam. Eu estava citando a questão da Secretaria da Justiça. Nós fizemos o deslocamento de 2004 a 2007, de mais de 2 mil e 400 presos condenados, que estavam em delegacias e que foram transferidos para os presídios que estão sendo construídos pelo Governo do Estado. São 11 presídios; 6 já em funcionamento. Este carácter de transferência de presos, casa preso condenado

acima de 12 anos - eu não sabia que existia isto, também - você tem que levar 3 policiais para cada preso transferido. Se você tiver presos de alta periculosidade, façam a conta de quantas viagens ocorreram no Governo do Estado. Vou dizer só um caso, uma particularidade com o nosso Delegado Federal, que saiu daqui e está em São Paulo, agora, eles gastaram, só para o Beira-Mar, para transferir para Catanduvas, R\$ 38 mil em diárias! Em diárias, R\$ 38 mil, Sr. Presidente! Fora o avião, fora uma série de outras consequências que temos, nas cidades, de paralisação.

Por isso, as diárias serão respondidas, Deputado Rossoni, estou até aqui agradecendo ao presidente por ter estendido o tempo.

Não sei se ele concede aparte ao Deputado Traiano. Concederia, com prazer. O Deputado Douglas antecedeu ao Deputado Traiano.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou solicitar a V. Exa., no horário da Oposição, senão vamos ultrapassar o tempo. Já passamos em 3 minutos o horário da Oposição.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Agradeço, Presidente, mas voltarei a falar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro que sim!

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, no horário da Liderança da Oposição, com os mesmos 13 minutos.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Nelson Justus, permita-me aqui que quantas vezes reclamei e até V. Exa. brincou comigo que reclamo. Eu reclamo, mas V. Exa. sabe que admiro o seu trabalho. Quero cumprimentá-lo, porque não conhecia todo o trabalho que está sendo feito na questão da televisão. Parabéns! Cumprimento V. Exa., cumprimento o Deputado Alexandre Curi e acho, Deputado Durval, que vou perder o terno, porque “joguei” um terno que a televisão não funcionava este ano. Quero pagar o terno com todo o prazer!

Meu caro Deputado Romanelli, se eu não fosse cabeça branca e fosse igual a V. Exa. eu diria que estou vendo o Rossoni ontem. V. Exa. está sendo enganado pela Casa Civil! Deputado Cleiton, quero dizer que V. Exa. tem da minha pessoa o maior respeito, mas V. Exa., culto como é, competente como é, quero dizer que lhe induziriam novamente ao erro e vou procurar ser o mais cordial possível no meu encaminhamento para não ser deselegante, porque o que vou dizer aqui beira quase a falta de educação.

Deputado Cleiton, estou aqui com o relatório e talvez V. Exa. não tenha ouvido quando começou essa novela, mas lhe conto o primeiro capítulo. O Governo acha que a Oposição é trouxa, porque ele encaminha o mesmo que temos aqui: os valores. Então, eles põem lá: Poder Executivo, saque de 120 mil, vai para a Procuradoria Geral e tem 10, 50. São todos aqueles valores que, somando, no ano de 2007, até agora dá 18 milhões. Aí é que acho que o Palácio acha que somos cegos.

Deputado Romanelli, se algum Governo encaminhasse para V. Exa. e, Deputado Kielse, lhe induziram ao erro, porque não quero relação de funcionário que viajou, mas o que eu quero para ter esclarecimento para mim e para os Parlamentares é isso aqui, dos 120 mil sacados dia 3 de janeiro, mais 120 mil sacados dia 3 de janeiro de 2007, mais 80 mil sacados no dia 3 de janeiro de 2007, mais 15 mil sacados em janeiro de 2007, eu queria que tivessem pego esses valores, colocado um ícone na tela do programa que diz o seguinte: foi sacado 120 mil, viajaram com esses recursos os seguintes e seguintes funcionários, perfazendo esse total de R\$ 120 mil. Agora, não brinquem comigo! Não brinquem com os Deputados da Oposição! Isto é brincadeira! Olhe o que eles mandaram aqui, Deputado Nelson Justus, e vou entregar para V. Exa., eles mandaram uma relação de funcionários e a relação de funcionários diz de qual setor o funcionário é. Isto aqui esclarece alguma coisa? Vou ficar o mês inteiro procurando e lendo a relação dos funcionários.

Olha, era tão fácil! Imaginem isto aqui na tela do computador e aqui está o valor do saque do cartão corporativo; se tivesse a boa intenção do esclarecimento do Governo, teria um ícone aqui, bateríamos ali e teria: R\$ 120 mil, viajou com diárias pagas pelo Governo o Pedro dos Anzóis, o Joaquim, o Manoel, o Antonio, o Pedro Álvares Cabral, e ficaram tantos dias e gastaram R\$ 120 mil. Agora, não brinquem com a gente, mandar aqui o mesmo relatório que eu busquei na gestão do dinheiro público! Isso aqui não precisa, está na gestão do dinheiro público! O que eu quero é o detalhamento, porque é o dinheiro público. E aí, sabe o que me entristece? É que o Governo quer fazer com que os seus Parlamentares competentes defendam o indefensável, porque, qual é o esclarecimento que eu tenho, Deputado Douglas, tendo aqui o nome e o número do cartão? Nenhum! Eu não tenho valores. Que dia esse servidor viajou? Em que dia foi o saque? É aquele de 120 mil, aquele de 10, aquele de 40, aquele de 50? Então, eu não quero a relação de funcionários.

E me fez aqui uma conta o Deputado Douglas, dizendo o seguinte: dá um milhão por semana? Um milhão por semana, Deputado Douglas!

Eu gostaria que os Deputados depois observassem as informações que foram encaminhadas. E isso aqui não é uma exceção, Deputado Kielse, é uma regra. Sabe o que o Governo faz? Nós queremos saber o problema das TVs laranjas, eles mandam a informação, eles não negam, mas eles mandam sem nenhuma consistência, nada que te esclareça.

Quando nós levantamos aqui a questão da SANEPAR, vieram aqui, enrolaram, enrolaram; mas aquela questão dos aditivos de 65 para 130 milhões ninguém explica o milagre e não respeitam a lei.

Então, concedo um aparte ao Deputado Douglas, porque eu ainda tenho alguns minutos e depois, sucessivamente, aos Deputados que me pediram aparte e ao Deputado Traiano.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Rossoni, obrigado pelo aparte.

A preocupação que levantamos, e quando do pronunciamento, é justamente essa, esses 210 milhões em 4 anos, se for dividir nos 4 anos, da 52 milhões e meio ao ano. Em 52 semanas vai dar 1 milhão por semana. É muito dinheiro! É bem verdade que o Deputado Kielse se esforçou para explicar, e competente que é, e eu tenho por ele profundo respeito, ele deu um exemplo do Governador indo a Campo Mourão com vários Secretários. A lembrança que tenho do Governador em Campo Mourão foi no Carneiro no Buraco apenas, foi só na festa. Quem tem ido bastante a Campo Mourão é o Vice-Governador, foi na festa de Farol, que é a cidade vizinha, foi no lançamento de um livro ontem e foi na inauguração do IAP. É a lembrança que tenho da viagem dessas importantes lideranças à minha região.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Veja, Deputado Douglas, me permita, coincidentemente veio um calhamaço de servidores aqui, e aqui numa página tem Campo Mourão, mas sabe qual é o esclarecimento? Eles não dizem quando gastaram, eles só dizem o seguinte: o servidor é da Secretaria de Educação, viajou a Campo Mourão, tem o número do cartão, e não diz o valor. A matemática é exata, se sacou 120 mil, comprovantes de 120 mil!

Deputado Kielse, eu não tenho mais tempo, se o Presidente Nelson Justus permitir, acho que esse é um debate que ajuda esta casa a esclarecer, mas V. Exa. pelo respeito que mantemos na nossa convivência, eu gostaria que V. Exa. visse isso e vai sentir-se indignado como eu estou indignado, porque eles acham que prestaram as informações.

Primeiro, Deputado Cheida e depois o Deputado Cleiton.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Deputado Rossoni, lhe agradeço o aparte e quero lhe dizer que tanto quanto V. Exa. eu também acho que o mundo evolui. E essa sugestão que V. Exa. faz ao Governo é muito boa. V. Exa. faz nesse debate uma sugestão que eu acho que o Governo pode e deve incorporar. Agora, nós devemos aqui não crucificar o Governo, porque não fazia da forma como V. Exa. agora bem sugere, até porque o cartão cooperativo existiu em 2001, existiu em 2002, eu não era Deputado, não posso aqui advogar nesse sentido, mas me parece que naquela época também era feito como V. Exa. aqui bem até sugere.

Então, veja bem, ao invés de nós pregarmos o Governo Requião na cruz, quem sabe essas sugestões que V. Exa. faz a partir de agora possam ser incorporadas, e o Governo passe a discriminar as viagens, o nome de quem vai e vem, o valor, porque o Governo não tem nada a esconder.

Fui Secretário do Governo, aliás fazia as minhas viagens a pão e água e os outros funcionários, ao que me consta, da mesma forma.

Encaro essa sua denúncia como uma sugestão ao Governo, visto que antes não era feito.

Muito obrigado!

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB) (Aparte)

Reitero que isso aqui é um início das informações que estamos lhe trazendo.

Quero só que V. Exa. escolha uma Secretaria para podermos ter volume de papel suficiente para trazer a V. Exa.

Vou citar a Secretaria da Educação. Se V. Exa. escolher a Secretaria da Educação, contatei o Tribunal de Contas antes de vir aqui, teremos que trazer, no mínimo, duas caminhonetes por ano de utilização de diárias. Se escolhermos a Polícia Militar e Civil teremos milhares de ações. Se escolhermos uma Secretaria pontual, a Secretaria da Cultura, que é muito menor, aí tenho condições de lhe trazer com pontualidade, como V. Exa. disse: “Desde o João das Couves ao Zé Maria de alguma coisa.”

Essas informações o Governo já tem para lhe dar. Quando aos saques maiores que foram feitos, um deles eu justifico, cada saque feito por um Coronel, para promover ou deslocar uma corporação, ele saca, em média, R\$ 120 mil por saque. Talvez seja um desses para fazer uma reintegração de posse.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Cleiton, o que a Casa Civil e o Governo não pode é menosprezar a nossa inteligência. Encaminhar a relação de servidores sem valor?

Quando veio aqui fazer a defesa da verdade, não que V. Exa. tenha faltado com a verdade, V. Exa. foi levado a incorrer em erro. Quando V. Exa. citou o número de páginas, pensei: caí do cavalo. Aí, quando vou buscar aqui as informações, pasmem, tenho aqui a relação de servidores, mas não tem valores.

São informações para enganar trouxa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Penso que o Deputado Cleiton Kielse, com a maior gentileza, não trouxe informações aqui para enganar trouxa, V. Exa. nem leu os documentos!

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quem recebeu as informações do Governo por primeiro não foi o Deputado Cleiton Kielse, foram os Deputados da Oposição.

Então, quiseram fazer de trouxa os Deputados da Oposição, não o Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, não queira imputar o que não falei, porque V. Exa. tem um ar professoral. V. Exa. poderia contribuir, e muito, para esse debate, poderíamos pinçar aqui um desses 120 mil e ir buscar, pelo menos, uma informação dessas para segunda-feira e pararmos com essa novela.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Pode escolher um dos 120 mil para fazermos isso. Aceito o desafio.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agita, sei que agita! Preocupa, sei que preocupa! O vazio é que preocupa. A desinformação é que preocupa.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, não se irrite, aceite esses documentos de volta, porque relação de funcionários eu não aceito.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência anuncia, com prazer, a presença do Vereador de Missal, Lauro Follmann, a pedido do Deputado Elio Rusch. Seja bem-vindo a esta Casa, Vereador!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 325/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, providências em relação à situação precária das escolas estaduais no município de Araucária.
À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3062, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando a ausência do Deputado Ney Leprevost, nos dias 17 e 18 do mês corrente, em razão de encontrar-se em missão oficial como Presidente da Comissão de Saúde Pública desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 495/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ou efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, de imóvel que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 495/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ou efetuar cessão de uso a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, do imóvel objeto da matrícula nº 9734, do Livro nº 2 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos, estado do Paraná, constituído pelo lote nº 06 (seis) da quadra nº 108 (cento e oito), localizado à R. Souza Naves nº 77, do Patrimônio de Dois Vizinhos - Parte Norte, com 638,575m², contendo uma edificação em alvenaria, com 238,48m², o qual será destinado para as instalações da Agência do INSS, em parceria com a Previdência Social.

Parágrafo Único. Qualquer destinação ao referido imóvel, diversa da prevista nessa lei, implicará em imediata reversão do imóvel ao patrimônio público.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 506/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que inclui na malha rodoviária estadual trecho de estrada municipal ligando Renascença a Bom Sucesso do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/07, de 12/07/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 587/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que cria o Programa Estadual de Acompanhamento Médico da Criança de 0 a 2 Anos no estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/07, de 14/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 031/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de setembro de 2007. Resolução nº 003/04. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/07, de 10/10/07, em 1ª Discussão.)**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo Estadual a ceder à Prefeitura Municipal de Nova Londrina, imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DA COPTC.

Em votação o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o substitutivo da CCJ. **Aprovado.**

Em votação a emenda aditiva ao substitutivo. **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Sertanópolis de imóvel, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA COPTC AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação o projeto ressalvadas as emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o substitutivo da CCJ. **Aprovado.**

Em votação a emenda aditiva ao substitutivo. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que denomina Prefeito Anésio Pavan, o trevo localizado no município de Santa Fé que liga as rodovias PR-317 e PR-458. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 087/07, de 06/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 548/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Luiz Nishimori objetiva nominar o trevo localizado no município de Santa Fé que liga as rodovias PR-317 e PR-458. O nome proposto é Prefeito Anésio Pavan. Baixado em diligência à Secretaria de Estado dos Transportes, em resposta ao Ofício nº 106/07 de 10 de agosto de 2007, aquela secretaria informa que, *literis*: *Nada consta nos arquivos do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR a respeito da denominação do trevo em pauta, assim sendo, entendemos que o presente projeto de lei poderá ter prosseguimento.*

Fundamentação

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, segundo dicção do artigo 65 da Constituição Estadual, *literis*:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Não se tratando de matéria privativa do Poder Executivo a competência legislativa pode ser da Assembléia Legislativa segundo se definiu do próprio texto de lei citada, sendo de iniciativa válida.

Tendo em conta o que dispõe o artigo 238 da mesma constituição e o 1º da Lei nº 8761/88 *que vedam as alterações de nomes dos prédios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei*, subsume-se que o presente projeto não colide com nenhum dispositivo dessas leis posto que o seu objeto pretende tão somente imputar nome próprio a um local público, não colidindo com os dispositivos de lei citados, contando com a aquiescência da secretaria consultada.

Conclusão

Assim concluímos que o presente projeto de lei é constitucional e legal encontrando-se em conformidade com a Lei Complementar nº 095/98 que dispõe sobre técnica legislativa.

Diante disso, somos de parecer pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 25.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 548/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tem o objetivo de denominar Prefeito Anésio Pavan, o trevo localizado no município de Santa Fé que liga as rodovias PR-317 e PR-458.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade da douda Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Conclusão

O objetivo deste projeto de lei em análise é homenagear o Sr. Anésio Pavan, que foi Prefeito do município de Santa Fé, além de ter exercido diversos cargos na comunidade local.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 09.10.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Conjuntos Diamante Azul e Montes Claros - AUNILESTE, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/07, de 14/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 590/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Conjuntos Residenciais Diamante Azul, Montes Claros, Verdes Mares e Rio Mourão - AUNILESTE, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a menção correta quanto a denominação da associação que se pretende declarar de utilidade pública, conforme consta no respectivo estatuto social. Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 590/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Moradores de Conjuntos Residenciais Diamante Azul, Montes Claros, Verdes Mares e Rio Mourão - AUNILESTE (Associação Unificada dos Conjuntos Asa Leste), com sede e foro no município de Campo Mourão

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 661/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Amigos e Deficientes Visuais de Guaratuba - APADVG, com sede e foro no município de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/07, de 10/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 661/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública a Associação de Pais, Amigos e Deficientes Visuais de Guaratuba - APADV, e de outras deficiências, com sede e foro no município de Guaratuba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, faz-se necessária a menção correta quanto a denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública, conforme consta no respectivo Estatuto Social, em razão da alteração da razão social. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 661/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para constar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Amigos e Deficientes Visuais de Guaratuba - APADVG, e de outras deficiências, com sede e foro no município de Guaratuba.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 684/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública a Associação Casa de Apoio e Restauração Divina - ACARDI, com sede e foro no município de União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/07, de 17/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 684/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Ivo, declara de utilidade pública a ACARDI - Associação Casa de Apoio e Restauração Divina, com sede e foro no município de União da Vitória, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, faz-se necessária a menção correta quanto a denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública, conforme consta no respectivo Estatuto Social, bem como a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, contida no artigo 2º do presente projeto. Pois, tal determinação esta em descompasso com a Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a técnica legislativa que assim determina: “Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.”

Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva geral em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 684/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva geral, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa de Apoio e Restauração Divina - ACARDI, inscrita no CNPJ sob o nº 05.441.255/0001-03, com sede e foro no município de União da Vitória, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 029/07, de autoria da Comissão Executiva, que institui o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - FEMALP. PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. (Publ. no DA nº 123/07, de 02/10/07, em Projetos de Resolução).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Resolução nº 029/07, de autoria da Comissão Executiva, intenta instituir, no âmbito da Assembléia Legislativa do Paraná, um fundo para

modernizar e aprimorar as instalações e a qualidade técnica da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Fundamentação

A Constituição Estadual do Paraná estabelece a capacidade de auto-administração do Poder Legislativo, determinando que compete privativamente à Assembléia Legislativa do Paraná dispor acerca de seu funcionamento e organização, e elaborar seu próprio regimento interno, a saber:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa do Paraná:

III - dispor sobre a sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. (grifo nosso)

Assim, dentro da competência que lhe foi outorgada constitucionalmente, a Assembléia Legislativa do Paraná elaborou seu Regimento Interno, estabelecendo, em seu artigo 121, as formas como se poderá exercer a função legislativa, a saber:

Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, resoluções ou de decretos legislativos. (grifo nosso)

Conforme nos ensina o professor Alexandre de Moraes¹ resolução é o ato do Congresso Nacional ou de qualquer de suas casas, tomado por procedimento diferente do previsto para a elaboração das leis, destinado a regular matéria de competência do Congresso Nacional, em regra com efeitos internos. Aplicando a doutrina acima no âmbito estadual, fica clara a necessidade da resolução para dispor sobre matéria de competência da Assembléia e que tem efeitos apenas para esta Casa de Leis.

Não podemos perder de vista que, quanto à classificação estatal, a Assembléia é um órgão independente. Estes órgãos, nas palavras de Hely Lopes Meirelles são os originários da Constituição (...), colocados no ápice da pirâmide governamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e só sujeitos aos controles constitucionais de um poder pelo outro.²

Ressalta-se, entretanto, que este controle constitucional não inclui a possibilidade de outro poder, por exemplo, o Poder Executivo, interferir na maneira que a Assembléia Legislativa opera suas finanças, porque o Poder Legislativo também é independente sob o aspecto financeiro.³

1. DE MORAES. Alexandre. Direito Constitucional, editora Atlas S/A, 8ª edição, pag. 550.

2. MEIRELLES. Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, editora Malheiros, 33ª edição, pag. 70.

3. RUFFIA. Paulo Biscaretti di. Direito Constitucional: instituições de direito público, trad. de Maria Helena Diniz. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984, pag. 301.

Importante dizer que a criação do referido fundo através de uma resolução deve-se ao fato de que a resolução não conta com a participação do Poder Executivo (através da sanção ou veto), ou nas palavras de Alexandre Moraes *não haverá participação do Presidente da República no processo legislativo de elaboração de resoluções, e conseqüentemente, inexistirá veto ou sanção, por tratar-se de matérias de competência do Poder Legislativo*.¹

Em razão desta autonomia e havendo recursos para tanto, pode perfeitamente a Assembléia Legislativa proceder desta maneira para realizar os objetivos previstos no artigo 1º do projeto de resolução.

Em seu artigo 2º, III, o projeto estabelece que uma das fontes seriam os *recursos provenientes do imposto de renda retido na fonte, sobre remuneração e/ou subsídio*. Importante deixar claro que apesar de tratar-se de imposto de renda retido na fonte, a Constituição da República estabeleceu excepcionalmente a possibilidade deste valor retido ficar com os estados. Vejamos:

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; (grifo nosso)

É exatamente isto que ocorre no caso em questão. Trata-se de arrecadação sobre imposto retido na fonte, sobre rendimentos pagos pela Assembléia aos seus funcionários. Não há o que se falar sobre este dinheiro ser repassado à união. Entretanto, caso este dinheiro retido permaneça neste fundo por tempo indeterminado, estaríamos em uma situação de flagrante inconstitucionalidade, uma vez que a Constituição da República expressamente veda vincular receita a fundos. Conforme determina a Carta Magna:

Art. 167. São vedados:

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa (...) (grifo nosso)

O Supremo Tribunal Federal possui uma jurisprudência clara e consolidada sobre a impossibilidade de se vincular impostos a fundo.

Vejamos um exemplo:

Observe-se, ainda, que o artigo 7º da lei estadual impugnada determinou que do valor do crédito fiscal previsto no seu artigo 3º, 40% (quarenta por cento) deverá ser recolhido para apoiar os produtores e 10% (dez por cento), para a pesquisa do algodão.

Tem-se aqui inequívoca afronta ao disposto no artigo 167, IV, da Constituição, que veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesas. Ressalte-se que esta Corte houve por bem declarar a inconstitucionalidade de lei paulista que destinou 1% do ICMS ao fornecimento de programas habitacionais, por afronta ao dispositivo constitucional mencionado (RE nº 183906/SP, RTJ 167, p. 287/295). (ADI 2722, voto do Min. Gilmar Mendes, julgamento em 15/09/05, DJ de 19/12/06).

1. DE MORAES. Alexandre. Direito Constitucional, 22ª edição, pág. 685.

onalidade de lei paulista que destinou 1% do ICMS ao fornecimento de programas habitacionais, por afronta ao dispositivo constitucional mencionado (RE nº 183906/SP, RTJ 167, p. 287/295). (ADI 2722, voto do Min. Gilmar Mendes, julgamento em 15/09/05, DJ de 19/12/06).

Os impostos pertencem à categoria de tributos desvinculados de qualquer atuação específica do estado, ao passo que, a taxa, por exemplo, é tributo vinculado à atuação específica do estado. O imposto é tributo de destinação extrínseca, ao passo que, as demais espécies tributárias são tributos de destinação intrínseca, isto é, o produto de sua arrecadação é vinculado à despesa que fundamentou sua instituição. Importante dizer que a destinação da arrecadação tributária ocorre por meio da Lei Orçamentária Anual, aprovada por esta Casa de Leis.

Por esta razão, sugerimos uma emenda supressiva que tenha por fim retirar o referido inciso, para que não incidamos no acima apresentado, tornando o projeto de lei inconstitucional.

Verificada também a existência de outro recurso que deve compor o Fundo, qual seja aquele proveniente da aplicação de multas no âmbito administrativo do Tribunal de Contas, em conformidade com o que dispõe o artigo 104, parágrafo 1º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 113/05), sugerimos, outrossim, a adoção da emenda aditiva em anexo.

Finalmente, no que concerne à técnica legislativa utilizada na elaboração do projeto, verifica-se que foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Uma vez que não acarreta ônus para a Assembléia, e diante de sua constitucionalidade e legalidade e conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, opinamos pela aprovação do presente projeto de resolução, desde que em conformidade com as emendas supressiva, aditiva e modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, passando o inciso V do artigo 1º a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

V - organização de concursos públicos para cargos do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa;”

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, a fim de que se retire do presente projeto legislativo o artigo 2º, III, que possui a seguinte redação:

Art. 2º (...)

III - recursos provenientes do imposto de renda retido na fonte, sobre remuneração e/ou subsídios.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, passando o artigo 2º, a contar com o inciso XIII, que terá a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

XIII - resultados provenientes da disposição do artigo 104, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 113/05.”

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/07

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria da Mesa Executiva objetiva instituir o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - FEMALP, com o fim de complementar os recursos financeiros que se destinem aos programas e projetos de modernização, desenvolvimento, aperfeiçoamento e especialização de recursos humanos e ao reaparelhamento das instalações desta Casa Legislativa.

Fundamentação

Esta comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua aprovação devido estar o mesmo em conformidade com legislação vigente que trata das normas nas áreas financeira e econômica, em especial com a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei Federal nº 4320/64.

Conclusão

Sendo assim, este Relator opina favoravelmente pela aprovação do presente projeto e com as emendas

apresentadas pela douta Comissão de Constituição e Justiça, entendendo que o mesmo deve seguir sua normal tramitação pelos colendos órgãos desta augusta Casa de Leis, bem como, seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

Em discussão.

O SR. NELSON JUSTUS (Partido Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós votamos ontem na Comissão de Constituição e Justiça e foi aprovado com algumas emendas. Rendo, aqui, as minhas homenagens ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, ao Deputado Durval Amaral, juntamente com os nobres Pares daquela comissão, que aprovaram com algumas emendas. Nós acatamos, a Mesa Executiva acata as emendas com muito prazer. Acho que efetivamente sempre é possível fazer alguns retoques nos projetos que apresentamos na Casa.

Fiz questão de encaminhar este projeto, em nome de toda a Mesa Executiva, que apresenta a criação, através de um projeto de resolução, à criação de um fundo para a modernização da nossa Casa. Esse fundo será gerido totalmente pelos 8 membros da Mesa Executiva. Todos eles vão gerir este fundo, discuti-lo, como o fazemos todas as terças-feiras. Não deixamos de nos reunir uma terça-feira sequer, desde que tomamos posse.

A Mesa Executiva assumiu alguns compromissos com esta Casa, principalmente, no sentido da modernidade, buscando a TV Assembléia, o painel eletrônico, a informatização e a escola dos nossos funcionários.

Estamos avançando e muito próximos de inaugurar tudo isso e tornar esse sonho de todos nós, uma realidade. Para isso, nós retardamos um pouco esse projeto e criamos um fundo, conforme toda a imprensa noticiou, que traz para essa modernidade recursos que são extraordinários dos recursos extras do orçamento desta Casa.

Por esta razão, esses recursos que vêm para o fundo já são de conhecimento de V. Exas. Recursos que foram negociados pelos 8 membros da Mesa Executiva, exaustivamente.

Podem ter certeza que teremos, se Deus quiser, ainda outras fontes de recursos, que poderão minorar ou diminuir os gastos da nossa Casa. Esse é o objetivo da Mesa, que tem lutado incessantemente para que isso aconteça.

Por essa razão, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, solicito aos nossos companheiros a aprovação desse projeto, para que possamos viabilizá-lo, regulamentá-lo o mais rápido possível, para que possamos imediatamente receber os recursos a que eles se destinam.

Concedo um aparte, com satisfação, ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado Nelson Justus, agradeço o aparte. Eu gostaria, se fosse possível, de esclarecer 2 pontos do projeto, para que possamos, ao votá-lo hoje e talvez amanhã, ter clareza com relação ao artigo 2º, no seu parágrafo 3º, quando diz que poderíamos receber recursos provenientes de imposto de renda retidos na fonte, sob remuneração. Não sei se a emenda contempla.

O SR. NELSON JUSTUS (Partido Democratas)

A emenda suprime esse artigo.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Então, está contemplada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

De acordo com o nosso Regimento, desculpe, mas o encaminhamento que o Presidente faz não cabe encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Foi uma deferência prestada pelo Deputado Nelson Justus ao Parlamentar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu, pessoalmente, Presidente, creio que V. Exa. deveria estar falando da presidência, porque esse projeto conduzido por V. Exa. é do maior interesse público e de grande inteligência formulado por V. Exa. Deveria estar falando da cadeira de Presidente desta Casa.

O SR. NELSON JUSTUS (Partido Democratas)

Agradeço, mas concedo ao Deputado Tadeu Veneri, para que possa esclarecer. É objetivo nosso.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

O objetivo é esclarecer. O artigo 4º diz que podendo delegar em atribuição em ato próprio. Gostaria que fosse esclarecido o que significa isso.

O SR. NELSON JUSTUS (Partido Democratas)

A delegação, claro que podemos delegar aos Diretores da Casa, não há necessidade exclusiva de que seja apenas dos membros da Mesa. Mas, a Mesa já avocou essa responsabilidade.

Agradeço e solicito a todos os nobres Pares o apoio neste projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, ouvi durante a Sessão e é claro, neste tempo certo formulo esta questão de ordem, uma afirmação feita pelo nobre Deputado Marcelo Rangel, sobre uma convocação do Presidente do IBPQ, Carlos Arthur Kruger Passos, pela Comissão de Obras, como na verdade nesta Casa temos um formalismo quanto ao convite ou convocação, se for o caso, se houver algum tipo de procedimento investigatório instaurado pela Comissão Permanente. E aí, há um formalismo necessário em relação a isso, e também do próprio processo de convocação de uma pessoa que eventualmente fez, parece pela revista, um convênio com o estado.

Formulo esta questão de ordem, até para que possamos ter esclarecido pelo nobre Deputado se de fato nessa reunião da Comissão de Obras será instaurado um procedimento investigatório por parte da Comissão e se efetivamente foi deliberado pela convocação dessa determinada pessoa. Formulo isso no interesse de poder ter esclarecido esse tema.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. está questionando se a Comissão de Obras tem competência para convocar?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, formulo essa questão da convocação, mas mais do que isso, se há de fato algum procedimento investigatório em curso. E se houve reunião da Comissão para eventualmente convocar determinado dirigente de uma organização não governamental que é vinculada à Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Formulo isso, quero na verdade, Sr. Presidente, ver esclarecido o tema nesta Sessão, por conta é claro, das afirmações que foram aqui feitas pelo nobre Deputado Marcelo Rangel no exercício da função de Presidente da Comissão de Obras.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Romanelli, veja bem, está no nosso Regimento que às comissões, na respectiva área de atuação, compete entre outras coisas, convocar Secretários, enfim. Agora, obviamente precisa cumprir a formalidade na comissão. Precisa fazer reunião na comissão, determinar na comissão, por maioria de seus membros, isso que precisa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Temos as assinaturas dos Deputados, o documento já está protocolado: Deputado Belinati, Deputado Traiano, Deputado Elio Rusch e Deputado Marcelo Rangel. E nós temos a aprovação pela maioria dos integrantes da Comissão Permanente de Transportes. Realmente, existe competência, sim, para se fazer a convocação e estamos

fazendo a convocação do Sr. Carlos Arthur Kruger Passos, para que o Sr. Carlos venha até a Assembléia responder a respeito das denúncias que foram apontadas pela Revista Isto É, neste final de semana. São denúncias extremamente graves. Eu até iria fazer o pedido, através do Plenário, da convocação, mas acredito que pela Comissão Permanente nós podemos fazer isso tranqüilamente.

Então, houve sim formalidade e o convite. Na verdade, a convocação já foi aprovada pela Comissão de Transportes.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Como o tema continua sendo tratado, quero dizer o seguinte: Vice-Presidente da Comissão, Edson Strapasson, não foi convocado para a reunião para deliberar sobre o tema, o outro membro o Deputado Elio Rusch, o outro membro o Deputado Luiz Nishimori, que não assinou, o outro Deputado membro é o Duílio Genari, o outro é o Deputado Péricles de Mello que também não assinou e o outro é o Deputado Dobrandino da Silva que também não assinou. Então, veja, me parece que não há maioria, segundo, não houve reunião...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

O Deputado Elton Welter assinou...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, desculpe, mas o Deputado...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Elton Welter, sim senhor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas o Deputado titular, desculpe, o Deputado titular é o Deputado Péricles de Mello.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

O Deputado Elton Welter participou, substituiu, inclusive o Deputado Péricles está falando aqui, ele substituiu e ele...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vou passar a responder a questão de ordem - artigo 28 - as Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e as demais comissões, no que lhes for aplicável, cabe, aí tem, no parágrafo 3º, convocar Secretário de Estado e outras autoridades para prestar pessoalmente informações sobre assunto previamente determinado ou conceder-lhe Audiência para expor assunto de sua competência.

Deputado Romanelli, é um assunto *interna corporis* da comissão, se os membros não foram convocados, da comissão, devem se reunir e na comissão se procede o que é normal aqui no Plenário - tem que se ter, obviamente, o apoio da maioria para que se tenha uma posição de convocação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, o que eu pergunto é o seguinte: houve reunião da Comissão de Obras Públicas?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Bom, aí a Mesa não tem como saber, porque quem convoca a reunião é o seu Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Por isto que eu pergunto, o que houve é o seguinte: me parece que não houve reunião. O que eu estou questionando, Exa. é o seguinte: meu questionamento, eu tenho um respeito pelo Legislativo, nós sabemos aqui que temos que ter um absoluto respeito pelo formalismo, sob o risco de colocar sob suspeição os nossos próprios atos. Eu aqui já recuei em determinadas situações por conta justamente disto.

Então, veja, eu penso que o Deputado Marcelo Rangel tem o dever, o poder e o dever, inclusive, de efetuar, efetivamente no exercício pleno de Presidente da Comissão de Obras, aquilo que ele julgar interessante, desde que seja deliberado pela comissão pelos demais membros da comissão. Que a comissão possa marcar data, hora e local para se reunir e convocar os membros titulares dessa comissão. Os membros titulares, em não comparecendo, vêm os suplentes, aí a comissão faz uma ata, delibera sobre o tema, com ata, os membros assinam e tomam as devidas providências.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Veja bem, Deputado Romanelli, se houve entendimento da comissão de fazer assinatura para convocação da referida autoridade que está aqui sendo discutida, vejo que é uma questão interna da comissão.

Sugiro a V. Exa., Deputado Marcelo, que reúna a comissão e trate desse assunto, que acho que toda a comissão tem este poder por Regimento. Agora, obviamente, tem que se ter a maioria.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Questão de Ordem)

Queria só perguntar a V. Exa., que as Comissões desta Casa, ao se reunir, precisam fazer uma ata, porque quando se cria qualquer reunião aqui, geralmente se faz uma ata, tem que existir uma ata daquilo que se está tratando.

Queria perguntar a V. Exa. se todas as comissões - às vezes o nosso Regimento não determina bem - se toda a comissão precisa fazer esta ata, porque acho que a ata legaliza um ato que você está fazendo. Acho que resolveria o problema aqui desta discussão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, me parece que eles estão tentando mudar o foco do assunto. Se for necessário fazer uma reunião dos Deputados da Comissão de Obras que eu pre-

sido, Comissão de Transportes, no final desta Sessão, com certeza poderemos fazer, não há problema nenhum, nós temos a maioria das assinaturas.

Acho que não há nenhum tipo de polêmica neste assunto. Temos a grande maioria dentro da comissão que assinou a convocação e acredito que podemos...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Marcelo, eu já decidi a primeira questão de ordem ao preceito legal, enfim regimental que têm as comissões que V. Exas. puderam ouvir.

Agora, Deputado Marcelo, dos trabalhos das comissões, artigo 50: os trabalhos das comissões obedecerão a seguinte ordem, respondendo ao Deputado Jocelito: leitura, discussão e votação da ata anterior. Tem que ter ata. Aqui diz assim: artigo 5º, parágrafo 3º, as comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros. V. Exa. pode convocar a sua comissão.

Está respondido, Deputado Romanelli?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Está respondido porque tem que ter reunião e tem que ter votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, aqui não é brincadeira, aqui é um Poder Legislativo que faz leis, ou nós estamos brincando aqui? Brincadeira é o que foi feito com isso aí, o Presidente da Comissão vem e diz que foi deliberado numa reunião que não existiu! Não teve reunião, Sr. Presidente! As assinaturas foram colhidas neste plenário! O senhor acabou de ler o Regimento desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, a questão de ordem de V. Exa. foi respondida. Essa presidência não vai mais voltar a este assunto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, tem validade o ato dessa comissão?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Já foi colocado aqui, Deputado Jocelito, qual é a validade que tem a comissão, a reunião, a deliberação pela maioria de votos. Certamente o Deputado Marcelo Rangel vai fazer a reunião, a convocação dos membros da comissão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então não tem deliberação nenhuma se ainda vai fazer!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há mais questão de ordem a responder, Deputado Jocelito. Entendo a sua argumentação, mas não há questão nenhuma de ordem a responder, já foi decidido.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Deputado Rangel é bacharel, devia saber disso!

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, consultado ontem pelo Deputado Marcelo Rangel eu assinei, de fato, um documento relacionado à Comissão de Obras. Agora, o Marcelo me disse que era a convocação dessa autoridade. Foi da minha confiança...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Eu mostrei a revista IstoÉ!

O SR. ELTON WELTER (PT)

V. Exa. está agindo de má-fé comigo. Eu confiei em V. Exa. e sugiro que nós reunamos na comissão e que possamos discutir, de fato, isso. O senhor sabe que aqui confiamos nas pessoas...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É uma fraude, Sr. Presidente, o que foi feito aqui!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, quero dizer que V. Exa. é um democrata e certamente vai ouvir a leitura de um documento que vou fazer aqui para restabelecer a verdade. Eu não estou preocupado se tem ou não reunião, muitas vezes nesta Casa eu tenho subscrito apoio a projetos, a requerimentos. Então, não queiram fantasiar o amigo Rangel de fraudador de documento, porque o Parlamentar que subcreve um documento sem ler, aí sim, me preocupa muito! Aí sim é brincar com o Poder Legislativo!

Por essa razão, quero ressaltar, não quero desrespeitar V. Exa. porque V. Exa. já tomou a decisão, tomou a decisão correta, tem o meu apoio, mas eu quero deixar ressaltado, segunda-feira eu estarei na tribuna fazendo a defesa do Deputado Rangel, porque não é possível querer imputar ao Deputado Rangel o erro de alguém que assina documento sem ler! Quem não lê o documento que assina, me desculpe, tem que voltar para a escola!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, vou colocar o requerimento na Sessão de amanhã, quero ver a ata desta reunião, que horas foi realizada, vou buscar as notas taquigráficas do anúncio feito pelo Presidente da comissão que tinha deliberado a comissão, vou seguir o Regimento que V. Exa. leu. Não estou desconfiado de ninguém, só quero ver a ata.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem a decidir. Não está tolhendo o ato que fez o Deputado Marcelo Rangel, apenas o Regimento é claríssimo, na dúvida não há o que fazer. Tem que se fazer conforme diz o Regimento.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3060, de autoria do Deputado Pérciles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3065, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria que V. Exa. permitisse, queria deixar aqui um convite a todos os Parlamentares desta Casa: no dia 21 - no domingo - a partir das 9h00 da manhã, o PSDB estará reunido para a convenção estadual. Por esta razão, estendo o convite a todos os Parlamentares que estão nesta Casa - V. Exa., Deputado Alexandre Curi - será para nós um orgulho recebê-los, Deputado Romanelli e todos aqueles que respeitam o PSDB como um bom partido político deste estado.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Também quero fazer um convite a todos os Deputados e a todos os senhores: o Centro de Relações Internacionais do Paraná, juntamente com este Deputado, representando a Comissão do MERCOSUL e Relações Internacionais desta Casa, promove o seminário Mundo Plano, a Crise Financeira Global e os Reflexos no Paraná e no Brasil, amanhã, a partir das 9h00 da manhã, no plenarinho desta Casa de Leis.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Só para dizer que o Deputado Dr. Batista fez escola: ele manda escrever não lendo.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Srs. Deputados, estamos montando uma ação civil pública, juntamente com a ação de São Paulo, a respeito do questionamento dos pedágios. E queria passar um valor pontual: Curitiba-Florianópolis, vai custar 0,013 centavos o quilômetro. Curitiba-Matinhos, hoje, custa 0,10 centavos o quilômetro. Oito vezes mais caro.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 3067, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 55, do Regimento Interno.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Queria saber se ainda posso protocolar um requerimento, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não mais, Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Certeza que não? O Regimento diz que não pode? Só queria saber se o Regimento diz que não pode? Às vezes pedimos e é concedido. Queria colocar um requerimento para ver a ata dessa reunião que está tão famosa. A reunião fantasma.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Amanhã o senhor protocola o requerimento.

Requerimento nº 3068, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3071 e 3072, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Faço parte da Comissão de Obras e V. Exa., quando está na Presidência conduz a Sessão com muita inteligência e com muita sabedoria. Não posso aceitar, de forma alguma, as insinuações feitas pelo Deputado Jocelito Canto. Não posso! Não é admissível os 54 Parlamentares desta Casa ouvirem, diariamente até, certas ofensas a Deputados.

Deputado Jocelito Canto, o maior respeito que devoto a V. Exa., o Deputado Marcelo Rangel já disse que colheu as assinaturas para convocar a pessoa. V. Exa. continua insistindo em querer apresentar um requerimento. Isso aqui não é brincadeira! Brincadeira é o teu programa de rádio, lá em Ponta Grossa! Você vá brincar com o teu auditório, lá no seu programa! Aqui, na Assembléia, V. Exa. não brinca! Não posso aceitar isso!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, a sua inscrição para Explicações Pessoais tem que ser feita anteriormente. Nós estamos já passando os projetos para serem votados amanhã. V. Exa. vai se inscrever amanhã, porque o Regimento não permite.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 526/07,

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 485 e 515/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 548, 590, 661 e 684/07 e do Projeto de Resolução nº 029/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 052 e 637/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual

3º ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 8139/07

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Contratada: Marli Penteadó de Castro - ME

Objeto: Realização de eventos para esta Assembléia

Valor: Café da manhã e coffee break - R\$ 9,50

Coquetel - até 100 pessoas - R\$ 16,50

Coquetel - acima de 100 pessoas - R\$ 19,50

Dotação: 3390.3918

Vigência: 31.08.08 a 31.08.08

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Minuta de Contrato

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo: 7962/07

Modalidade: Convite 077/07

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Contratada: Leda Comércio de Alimentos Ltda.

Objeto: Fornecimento de refeições para a Presidência e 1ª Secretaria

Valor: R\$ 16,00 por pessoa

Dotação: 3390.3918

Vigência: Setembro/07 a Setembro/08

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

